

CONGRESSO ANALISARÁ MUDANÇAS NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO

Evento reunirá autoridades e especialistas nas próximas terça e quarta-feira, na Associação Comercial de Santos

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/cont/entid/policy:1.4907:1543409444/PLATAFORMA-DE-PETROLEO.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=286954a&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/cont/entid/policy:1.4907:1543409444/PLATAFORMA-DE-PETROLEO.jpg?f=2x1&pf=286954a&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Congresso analisará mudanças no transporte de petróleo (Foto: Arquivo/Agência Brasil)

As mudanças no transporte marítimo de petróleo e seus derivados estão entre os temas que serão debatidos no 2º Congresso de Direito Marítimo e

Portuário - São Paulo, a ser realizado na terça (17) e quarta-feira (18) da próxima semana. O evento, promovido pelo Grupo Tribuna, acontecerá no auditório da Associação Comercial de Santos, na Cidade.

As inscrições para quem deseja acompanhar o congresso no auditório já terminaram. Mas a programação poderá ser acompanhada pela internet.

As novidades na logística desses combustíveis serão o foco do painel Mudanças no transporte marítimo de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis: a Resolução n. 811/20 da ANP. Entre os debatedores convidados, estão Luis Carlos Almeida, sócio do escritório jurídico Carbone; Alexandre Machado, advogado, professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e articulista de Porto & Mar/A Tribuna; e a advogada Ana Beer.

De acordo com Luis Carlos Almeida, uma das discussões sobre a Resolução 811/20 da Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) está em torno da desobrigação das Empresas Brasileiras de Navegações (EBNs) realizarem os transportes de petróleo e seus derivados.

“Isso é uma faca de dois gumes. Traz o benefício para as empresas de petróleo, porque reduz o custo, mas, por outro lado, você também acaba por tirar um negócio das empresas brasileiras”, explicou Almeida. Ele aponta que, na disposição da nova norma, que mudou a resolução anterior, “ela não fala que sempre será EBN”.

“O texto é muito truncado. Os artigos abaixo deixam em dúvida se é realmente esse sentido que a ANP quer dar. Nos artigos abaixo começam a surgir as dúvidas, pois começam a exigir documentação que só EBN tem”, explica. Isso, segundo ele, pode gerar uma insegurança ao setor.

O advogado e professor Alexandre Machado concorda com as dúvidas levantadas pelo colega debatedor, mas aponta um efeito que a resolução já causou ao mercado.

“Saiu um relatório da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) que trata do transporte marítimo internacional. Ele dá um certo destaque para a exportação de petróleo brasileira, para a entrada desse gás em embarcações de regaseificação, ou seja, essa resolução ‘a toque de caixa’, meio que não levada em consideração, pode ser um feedback desse novo contexto, desse novo desenvolvimento de mercado, uma forma de dar uma motivada”, disse Machado.

Inscrições

Atendendo aos protocolos contra a covid-19, o 2º Congresso de Direito Marítimo e Portuário determinou um limite de participantes na forma presencial, na Associação Comercial de Santos. Por isso, o público inscrito poderá acompanhar seus debates pela internet. As inscrições para o webinar podem ser feitas pela internet de forma gratuita.

Para participar, basta se inscrever pelo endereço eletrônico: ***Clique aqui.***

https://www.sympla.com.br/2-congresso-de-direito-maritimo-e-portuario_1027767

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 16/11/2020

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA VISITARÁ TERMINAIS DO PORTO DE SANTOS

Visita será na próxima segunda-feira (16), para conhecer novas instalações do complexo marítimo e assinar o contrato de arrendamento das áreas dos novos terminais de celulose

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/imag/e/contentid/policy:1.100537:1589217406/Ministro-Tarcisio-Gomes-de-Freitas.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=acc7aa9&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/imag/e/contentid/policy:1.100537:1589217406/Ministro-Tarcisio-Gomes-de-Freitas.jpg?f=2x1&pf=acc7aa9&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, virá ao Porto de Santos na próxima segunda-feira (16) para conhecer novas instalações do complexo marítimo e, ainda, assinar o

contrato de arrendamento das áreas dos novos terminais de celulose.

Tarcísio chegará na Cidade às 9 horas, conforme a programação da visita fechada na semana passada. Pela manhã, ele conhecerá um novo armazém de açúcar do Terminal Integrador Luiz Antônio Mesquita (Tiplam), operado pela VLI na Área Continental de Santos. Também irá à nova instalação do terminal da DPW Santos, o Projeto Vertere, voltado à exportação de celulose. Depois, ainda se reunirá com a diretoria da Autoridade Portuária de Santos.

À tarde, o ministro vai conhecer as obras do TES no Corredor de Exportação, em Santos. E na sequência, assinará os contratos de arrendamento das áreas STS14 e STS14A, leiloadas em agosto e arrematadas pela Eldorado Brasil e pela Bracell, respectivamente. Esses lotes integravam parte da área ocupada pelo Grupo Libra nas proximidades da Ponta da Praia. A cerimônia ocorrerá no terminal da Eldorado, no Paquetá.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 13/11/2020

FREDERICO BUSSINGER: DA “TUPIZAÇÃO” PORTUÁRIA À VERTICALIZAÇÃO LOGÍSTICA

Nas últimas décadas, têm-se observado acelerado processo de fusões e aquisições entre empresas armadoras. Seria essa uma nova tendência do setor?

Por Frederico Bussinger

“Porto é mais que um ‘transit hub’; é parceiro na cadeia logística global. O cliente quer soluções totais para a cadeia de suprimentos”. (Premissas de planos do Porto de Antuérpia, na Bélgica).

“Maersk despacha seu primeiro trem de Roterdã para China”. “Serviços de frete aéreo da Maersk começam entre Tailândia e Japão”. “Maersk quer crescer no Brasil e mira aquisições na logística terrestre”.

Isso mesmo: nem fake news, nem pegadinha de redes sociais. Trata-se exatamente da Maersk, até há pouco “apenas” o maior armador mundial ... ainda maior depois da aquisição da Hamburg Sud (então Top-10) e da Aliança em 2017. Se a covid-19 tem a ver com essa estratégia, difícil sabê-lo, mas certamente será um dos legados dessa quarentena planetária.

Nas últimas décadas, têm-se observado acelerado processo de fusões e aquisições entre empresas armadoras. Seria essa uma nova tendência do setor?

De colunas prévias, sobre transformações portuárias brasileiras, destaque-se: i) autorizações para novos TUPs (Terminais de Uso Privado), na vigência da Lei dos Portos de 2013, vêm aplicando uma goleada nos novos arrendamentos em portos públicos; ii) os arrendamentos efetivados, mormente na “era-PPI” (desde MAI/16), em muito se assemelham, funcionalmente, a TUPs; ou seja: terminais associados a cadeias logísticas, por sua vez associadas a cadeias produtivas e/ou de serviços. P.ex: 11 dos 13 arrendamentos de 2019 o foram para combustíveis. iii) desde 2012, a movimentação portuária brasileira cresceu 22%; já o marketshare seguiu o padrão histórico; iv) houve, todavia, grande alteração no segmento de contêineres: TUPs aumentaram sua participação em 2/3 (de 18,3% para 30,5%), enquanto, em sentido inverso, a dos portos públicos caiu de 81,7% para 69,5%. Em síntese, quantitativa e qualitativamente há um processo de “TUPização” no setor portuário brasileiro.

Nesse redesenho, vale também notar a entrada e o crescimento da participação de armadores nas operações portuárias; mormente nas SPEs dos terminais de contêineres: estima-se (pois as informações não são nem todas disponíveis, nem de imediata interpretação) que, atualmente, ao menos 40% dos contêineres movimentados no País o sejam por terminais nos quais os armadores, direta ou indiretamente, ou controlam ou têm participação acionária expressiva.

A APM-Terminals, p.ex, parte do grupo A.P.Moller-Maersk, está presente em três portos: Itajaí-SC, Pecém-CE e Santos-SP. E, sob diversos nomes, já opera 5 terminais interiores (depots); operações que anuncia querer agora ampliar.

A abrangência, os limites e as implicações desse crescente processo de concentração e verticalização logística ainda não estão claros. No Brasil, muito menos. Mas pela sua natureza, não é difícil imaginar que nossos planos (PNLP, planos mestres, PDZ; incluindo-se o PNL), da forma como são elaborados, se hoje já têm limitações para lidar com os desafios do setor portuário brasileiro, o que dizer com a nova realidade emergente?

Por outro lado, o imbróglgio, em curso, envolvendo a Buser (um “Uber de ônibus”), as empresas de fretamento tradicionais, os usuários, a ARTESP e ANTT, seria presságio de que o desafio para a regulação será ainda maior? Lembrar que são ao menos 3 distintas agências: Antaq, ANTT e ANAC. Também um “produto” praticamente novo... para cada agência, a desafiar o usual patrimonialismo (não riqueza gerada), a ênfase nos ativos (não nos serviços prestados), o afã regrador (não avaliador), a defesa do consumidor e da concorrência.

A busca de vacinas, medicamentos e protocolos eficazes não é, pois, desafio só ante o Covid

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 16/11/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ ADERE AOS CONSELHOS DE USUÁRIOS PARA APRIMORAR SERVIÇOS PRESTADOS

Os Conselhos de Usuários são uma nova ferramenta de participação da sociedade para avaliação e melhoria dos serviços prestados pelo Estado

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ irá criar Conselhos de Usuários de Serviços Públicos, com o objetivo de conectar os usuários aos gestores da Autarquia, visando aprimorar a prestação desses serviços. A medida atende ao Decreto nº 10.228/2020, que regulamentou a matéria estabelecendo os parâmetros para a instituição dos meios virtuais de constituição dos referidos conselhos e fixando diretrizes e ações de estímulo à participação dos usuários. Na Agência, os conselhos estão em fase de constituição e sua implementação é prevista para o ano que vem.

Os conselheiros auxiliarão na melhoria dos serviços prestados de duas formas, principalmente: resposta a consultas formuladas pelo gestor do serviço e pela Ouvidoria e proposição de ideias para melhorar os serviços.

O funcionamento dos conselhos de usuários será totalmente virtual. Qualquer cidadão pode ser conselheiro, bastando voluntariar-se por meio da plataforma virtual disponível aqui. Depois que estiverem cadastrados, os conselheiros estarão aptos para responder consultas sobre os serviços prestados e poderão apresentar propostas de melhorias desses serviços.

O ouvidor da ANTAQ, Carlos Gomes, acredita que ninguém melhor do que o usuário, que é o destinatário do serviço, para fazer essa avaliação e dizer se o serviço foi bem ou mal prestado. “A intenção é capturar diretamente do destinatário do serviço qual foi a sua impressão e sua avaliação do serviço prestado pela ANTAQ. Sabendo disso, a Agência poderá corrigir rumos, redefinir procedimentos e melhorar a qualidade dos serviços”, explicou.

O órgão prestador de serviços também enviará consultas sobre os serviços prestados, por meio de enquetes eletrônicas. O resultado das enquetes servirá de subsídio para tornar estes serviços cada vez mais adequados à realidade dos seus usuários.

**Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 13/11/2020

DIRETOR DA ANTAQ FALA SOBRE A CRIAÇÃO DE PORTOS CONCENTRADORES NO ENAEX 2020

Segundo Adalberto Tokarski, terminais de contêineres brasileiros estão entre os mais eficientes do mundo, mas faltam investimentos em infraestrutura para receber navios maiores

The image shows a video conference interface. On the left, a small video window shows Adalberto Tokarski. The main part of the screen displays a presentation slide titled "COMO FAZER" with the subtitle "Proposta de classificação para discussão:". The slide contains a flowchart with three levels of port classification:

- Porto Concentrador Nacional**: Prestam serviços a linhas que atendem a costa sul-americana e os conectam à outros continentes.
- Porto Concentrador Regional**: Presta serviço a linhas de cabotagem e de longo curso para os países vizinhos.
- Porto Alimentador/Cliente**: Portos de importância regional que se conectam aos grandes portos nacionais e mundiais por meio dos concentradores regionais.

<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Captura-de-tela-2020-11-13-104636-1024x513.png>

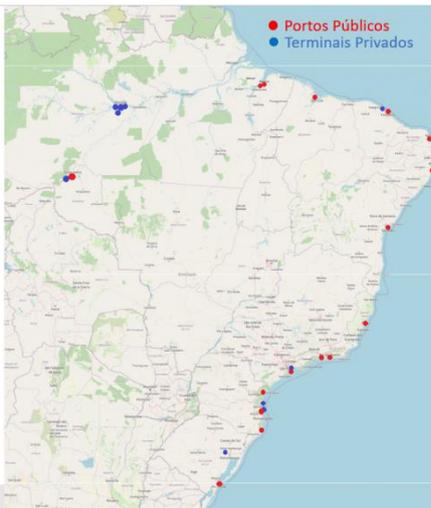
Tokarski: “País poderá ter de cinco a até seis portos concentradores nacionais ao longo da sua costa”. Fotos: CCS/ARI/ANTAQ.

O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Adalberto Tokarski,

palestrou no painel sobre O Transporte Internacional e a Logística no Brasil, realizado hoje (13) no 39º Encontro Nacional de Comércio Exterior – ENAEX. O encontro, promovido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, é considerado o maior fórum temático de debates do setor, do país, reunindo representantes do empresariado, governo e especialistas em exportação e logística. Nesta edição, o evento contou com a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Onde (quantos portos)?

Porto Público e Privado	TEUs	Participação
Santos	2.210.704	29,15%
Paranaguá	680.246	8,97%
Do World Santos	586.713	7,74%
Portonave	573.189	7,56%
Porto Itapoá	520.627	6,86%
Rio Grande	497.387	6,56%
Porto Chibatão	426.333	5,62%
Itajaí	393.095	5,18%
Suape	345.872	4,56%
Rio De Janeiro	258.480	3,41%
Terminal Portuário Pecém	252.317	3,33%
Salvador	237.927	3,14%
Vitória	157.999	2,08%
Itaguaí	134.189	1,77%
Super Terminais	81.773	1,08%
Vila Do Conde	79.490	1,05%
Imbituba	41.326	0,54%
Natal	29.276	0,39%
Fortaleza	28.016	0,37%
Terminal Santa Clara	21.078	0,28%
Chibatão Navegação	8.557	0,11%
Passarói	8.403	0,11%
Itaquí	7.264	0,10%
Porto Velho	2.985	0,04%



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Captura-de-tela-2020-11-13-163948-1024x580.png>

Em sua fala, Tokarski destacou o fenômeno da containerização e a estratégia para classificação dos portos públicos, entre esses os portos concentradores, dotados de grandes calados para receber navios cada vez maiores.

“É uma questão de competitividade, de economia de escala. Mas para receber esses navios, os portos brasileiros deverão investir no canal de acesso mais profundo e de maior largura, cais e pátios mais extensos, equipamentos com maior capacidade de movimentação, acessos rodoviário e ferroviário e tecnologia, o que requer vultosos investimentos”, apontou.

Para o diretor da ANTAQ, em virtude dos elevados custos de infraestrutura, será necessário repensar o modelo e priorizar os investimentos nesses portos públicos para aumentar a capacidade dos terminais contêineres nacionais. Segundo Tokarski, atualmente, apenas em torno de cinco terminais brasileiros conseguem receber navios de 12 mil teus.

“Será que poderão passar a receber navios de 14 mil teus? De qualquer forma, esse é um processo paulatino, que deve ser pensado com muito critério e prioridade, se realmente queremos entrar na briga global da movimentação de contêineres com eficiência”, observou, acrescentando que em termos de produtividade os terminais de contêineres brasileiros não devem nada aos melhores do mundo.

Maiores Portos do Mundo - Contêineres

Rank	Porto	Movimentação milhões de TEUs	
		2018	2017
1	Xangai, China	42.01	40.23
2	Cingapura	36.6	33.67
3	Shenzhen, China	27.74	25.21
4	Ningbo-Zhoushan, China	26.35	24.61
5	Porto de Guangzhou, China	21.87	20.37
6	Busan, Coréia do Sul	21.66	20.49
7	Hong Kong, SAR, China	19.6	20.76
8	Qingdao, China	18.26	18.3
9	Tianjin, China	16	15.07
10	Jebel Ali, Dubai, EAU	14.95	15.37
11	Roterdã, Holanda	14.51	13.73
37	Santos (porto organizado + TUP), Brasil	3.85	3.58

<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Captura-de-tela-2020-11-13-164124-1024x580.png>

Segundo o diretor da ANTAQ, esses hubports deverão ser classificados em três tipos: porto concentrador nacional; porto concentrador regional; e porto alimentador/cliente. Os primeiros – explicou – atuarão na prestação de serviços a linhas que atendem a costa sul-americana e os conectam a outros continentes; o segundo

tipo prestará serviços a linhas de cabotagem e de longo curso a países vizinhos; e o terceiro tipo será integrado por portos de importância regional que se conectarão aos grandes portos nacionais e mundiais, por meio dos portos concentradores regionais. Tokarski manifestou que o país poderá ter de cinco a até seis portos concentradores nacionais ao longo da sua costa.

E referindo-se ao aumento da movimentação de grãos nos portos brasileiros, o diretor da ANTAQ ressaltou o crescimento da oferta de infraestrutura portuária para escoamento da produção de grãos pelo chamado Arco Norte:

“Que bom que temos a saída pelo Norte mais estruturada, tanto pelo rio Tapajós, Miritituba e Itaituba, quanto pelo Rio Madeira, em Porto Velho, e que os portos do Pará estão mais preparados para receber essas cargas”, disse o diretor da ANTAQ. Tokarski informou que a Agência está realizando um estudo para saber se o aporte privado na infraestrutura de transporte e movimentação de cargas na região é suficiente para garantir o escoamento da produção de grãos que, a cada ano, cresce 5%, e se o governo federal precisa ou não disponibilizar mais áreas dos portos públicos para o privado implantar novos terminais.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 13/11/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

UNIVERSIDADE INFRAERO ABRE NOVAS TURMAS DE AVIAÇÃO CIVIL

Assessoria de Comunicação

A Universidade Infraero lançou um novo calendário de atividades para os meses de novembro e dezembro, com cursos presenciais e à distância, voltados àqueles profissionais interessados em expandir seus conhecimentos e se aperfeiçoar no mercado da Aviação Civil.

As inscrições já estão abertas e as vagas são limitadas. Para se inscrever em qualquer um dos cursos, os interessados devem acessar o endereço <https://www4.infraero.gov.br/universidade>.

A "Especialização de Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (CBA-CE)" abrirá essa série de capacitação. Estão previstas duas turmas presenciais: uma em Brasília (DF), no mês de novembro, e outra em Belo Horizonte (MG), em dezembro. O treinamento terá duração de 24 horas/aula, distribuídas entre teoria e prática.

O público-alvo são os bombeiros de aeródromo, fundamentais para as operações aéreas, e que figuram entre os profissionais que garantem a segurança dos passageiros em casos de emergência em aeroportos. Os bombeiros de aeródromo têm uma rotina de treinamento constante, recebendo e aplicando instruções diárias na utilização de equipamentos moto mecânicos, ferramentas de salvamento, combate a incêndios, entre outros.

As inscrições para a turma de Brasília serão recebidas até o dia 16 de novembro e, para Belo Horizonte, até o dia 27 de novembro.

Gestão de Aeroportos e Artigos Perigosos

A Universidade Infraero também oferece vagas para o curso "Básico para Gestores de Aeroportos", a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no mês de dezembro. Os participantes serão instruídos nos conhecimentos necessários para a gestão das atividades de passageiros e de aeronaves, segurança operacional, proteção da aviação civil contra atos de interferência ilícita e nas ações de resposta a emergências. Interessados têm até o dia 23 de novembro para se inscrever.

Além disso, estão abertas as inscrições para o curso "Transporte Aéreo de Artigos Perigosos (CAT 8 Inicial)", com uma turma presencial e uma online. O objetivo é capacitar profissionais envolvidos direta ou indiretamente no transporte aéreo para a prevenção de acidentes ou incidentes com cargas perigosas nos terminais aéreos. Os profissionais serão treinados na identificação de procedimentos seguros para manuseio, armazenagem, segregação e transporte sem risco. As aulas serão realizadas em dezembro. As inscrições podem ser feitas até os dias 3 e 7 do próximo mês, respectivamente, para as turmas presencial e virtual.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/11/2020

TRAMO NORTE DA FNS RECEBERÁ 247 NOVOS VAGÕES

Assessoria de Comunicação

VLI reforça frota atenta ao crescimento do fluxo agrícola pela região

A nova safra brasileira deve apresentar recorde, segundo o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A estimativa para 2020/21 aponta para mais de 268 milhões de toneladas, sendo a soja responsável por 135 milhões e o milho 104 milhões de toneladas. Como forma de suportar o aumento do escoamento de grãos pelo Arco Norte, especialmente, pelo Porto do Itaqui, a VLI, empresa de soluções logísticas que integram portos, ferrovias e terminais, está aumentando a frota de vagões utilizada no tramo norte da Ferrovia Norte-Sul, entre Porto Nacional (TO) e Açailândia (MA). No último mês a operação recebeu 80 vagões. Um novo lote com 167 ativos chegará no início de 2021 e todos serão utilizados na movimentação de grãos.



https://portogente.com.br/images/600_VLI_Tramo.jpg

VLI Tramo

Os vagões da Greenbrier Maxion são do modelo hopper HTT e foram testados em 2018 pela companhia. Eles oferecem ao fluxo de grãos três diferenciais: redução do comprimento do vagão sem perda de volume, diminuição da tara (peso) e aumento da vida útil.

Os HTT são utilizados para transporte de grãos, açúcar, milho, soja, farelo, entre outros. Dotadas de um sistema de carga e descarga mais eficiente, as unidades novas também possuem o sistema “motion control” de alto desempenho, que reduz o atrito entre as rodas e o

trilho, gerando menor consumo de combustível e menos desgaste.

O investimento está alinhado à estratégia de aumentar a capacidade e agilidade no escoamento dos grãos que saem do interior do país, passam pelos terminais de Porto Nacional e Palmeirante, em Tocantins, e seguem até Porto do Itaqui, em São Luís (MA). “Estamos nos preparando para atender a próxima safra. Esse reforço na frota evidencia nosso compromisso em continuar suportando o crescimento da movimentação de grãos no Arco Norte”, observa Fabiano Rezende, gerente-geral de do Corredor Centro-Norte da VLI.

Capacidade e eficiência

Com a chegada de todos os novos vagões, o tramo norte da FNS passará a contar com mais de três mil vagões, sendo o Hopper o modelo mais utilizado. De 2015 para cá, a frota utilizada no trecho entre Tocantins e Maranhão mais do que quadruplicou.

No ano passado, essa malha ferroviária movimentou 7,9 milhões de toneladas de grãos (milho, soja e farelo) em 2019 – um crescimento de 25% se comparado ao ano anterior, quando foram transportados 6,3 milhões de toneladas. Somando os outros produtos (combustíveis, celuloses, ferro gusa, manganês etc.) a VLI transportou mais de 11 milhões de toneladas de produtos na região.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/11/2020

EM SANTOS, MINISTRO DA INFRAESTRUTURA ASSINA CONTRATO DE TERMINAIS LEILOADOS E VISITA INSTALAÇÕES

Redação Portogente

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, assina na próxima segunda-feira (16/11), no Porto de Santos, o contrato de dois terminais leiloados em agosto e que foram vencidos pelo consórcio Eldorado Brasil Celulose e Bracell Celulose.

Na ocasião, Tarcísio de Freitas também visitará alguns pontos do Porto de Santos, entre eles, o Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (TIPLAM/VLI), o Armazém Projeto Vertere (Suzano/DPW) e o Terminal Exportador de Santos (TES).

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/11/2020

LEILÕES STS 8 E 8A NO PORTO DE SANTOS E TCU EM DEBATE

Assessoria de Comunicação

Autoridades desinformadas dos processos tecnológicos e das características das substâncias químicas perigosas nas instalações são fatos comuns em acidentes ampliados

A relação Cidade Portuária e seu Porto é um desafio de muitas variáveis e um processo tão complexo de aprimorar quanto é inevitável a sua instituição. No Brasil, comparado aos portos europeus, essa aliança está bem atrasada. No seu segundo debate da série de webinars Relação Cidade Portuária e Porto, concluiu-se que o Índice de Desenvolvimento Ambiental-IDA, da Antaq, avança, mas ainda é insuficiente para as cidades portuárias.



https://portogente.com.br/images/Dad_16NOV2020.jpg

Foto: Instituto Maramar.

É o que mostra o arrendamento portuário das áreas STS 08 e STS 08 A, para operar granéis líquidos [combustível] em Santos, anunciado como o maior dos últimos anos e que se encontra no TCU para aprovação da sua última etapa, antes do leilão. Este conflito entre Santos e o seu porto, será caso de um de webinar. Nessa região ocorreu o maior incêndio da história portuária do País, em 2015. Está provado que ali se opera sem segurança, nem tem estrutura para ampliar suas instalações, vizinhas

da cidade.

No entanto, tudo foi decidido em Brasília, distante do porto e sem ser pactuado com a cidade ameaçada. Reflexo do atraso do nosso sistema portuário e causa das tensões que se assiste entre a cidade e o porto. Da parte da cidade, há um desconhecimento da atividade do porto e seus perigos à vida urbana. E a separação das ações administrativas federal e municipal no zoneamento portuário desajuda a sustentabilidade.

Cabe ao Tribunal de Contas da União -TCU, fiscalizar, em especial, a atuação da Antaq na regulação desses editais. É necessária uma análise dos sérios problemas do incêndio de 2015, que também operava combustível, e o que vai representar esse leilão. Por isso, o jornalismo Portogente está encaminhando demanda àquele órgão para colocar luz nessa questão de alto risco de execução à cidade.

Decerto, para conter e resolver os conflitos entre porto e cidade há muito a se alcançar na plenitude do sistema de normas e leis pertinentes às relações sustentáveis. Esta dimensão é exigência do Século XXI. E os moradores da cidade portuária impõem o respeito dos portos.

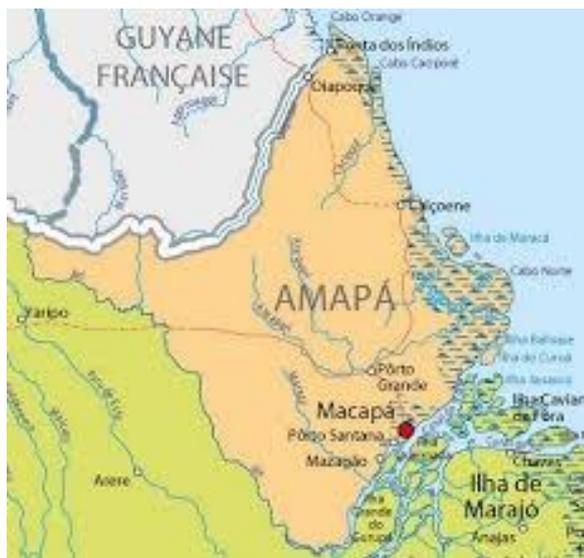
Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/11/2020

A PRECARIEDADE DO AMAPÁ ATRASA O ARCO NORTE

Editorial Portogente

Os instrumentos que podem estabilizar contextos formadores produzem também situações de desestabilização



<https://portogente.com.br/images/Amapa.jpg>

Amapá

O projeto jornalístico do Portogente da região do Arco Norte, em série iniciada nesta 3ª feira, 10, com o episódio do webinar semanal “As Oportunidades do Arco Norte”, aborda o nascimento de um ciclo Econômico, que carece de um planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável da região e satisfação das pessoas que nela habitam. É preciso dizer como, o quê e quando.

O apagão no Amapá, há 12 dias sem solução e uma população em protesto, mostra essa realidade amazônica, sem Norte. Um Estado entre o oceano e o pujante estado do Pará, ladeado por duas importantes hidrelétricas, na precariedade que se

assiste, precisa entender o que de fato significa o processo Arco Norte. Sem o quê, pode perder um trem histórico.

A primeira percepção, é de que modo conectar o estado do Amapá como parte integrante do Arco Norte. Nesse contexto, fortalecer a sua posição no tabuleiro do ciclo econômico e ampliar seus potenciais. O isolacionismo regional é gerador de conflitos e prejudica a produtividade sistêmica de melhor resultados para a região, como um todo.

Estrategicamente, o tratamento dos estados circunscritos aos seus territórios, sem um projeto regional integrado, não será suficiente para superar os gargalos. É necessário construir o projeto Arco Norte como um conjunto, um todo maior do que a soma das partes. Em vez de causar um desastre mercadológico, realizar uma obra de Estadista.

Novos conceitos logísticos e modais que distribuam receita, através de projetos robustos, são o único caminho para atrair investidores e obter bons resultados. O Amapá tem muito potencial para sair do seu apagão e subir no trem da história vitoriosa do Arco Norte. Ele já está na estação.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/11/2020

DESENVOLVENDO O ARCO NORTE

Redação Portogente

A chave do desenvolvimento reside em quatro fatores fundamentais: recursos humanos, recursos naturais, formação de capital e tecnologia

Mapa Arco NorteO webinar “As oportunidades do Arco Norte” desta quarta-feira, 11/11, no Portogente ofereceu um panorama amplo e desafiante do processo econômico da região do Brasil acima do paralelo 16°S. Como foi destacado, um palco histórico de grandes projetos, muitos fracassados e impactados, a exemplo dos americanos, Fordelândia e o Jari, o primeiro para

produzir látex e o segundo para celulose. Uma área atraente e exigente de conhecimento para penetrá-la.

Sem sombra de dúvida, Arco Norte é o projeto nacional mais pujante de interfaces produtiva, logística e de inovação, envolvendo a região de maior demanda mundial de sustentabilidade. 'Com hidrelétricas, uma logística multimodal em acelerada implantação, a maior bacia hidrográfica do mundo e a floresta única no Planeta, tratadas, como nos ensina Bussinger, o paralelo como uma fronteira logística demarcando a produtividade do escoamento pelo Norte.

Entretanto, para perceber as oportunidades é preciso tratar o Arco Norte como um processo de desenvolvimento, um novo Ciclo Econômico. Especialmente na quadra que o Brasil atravessa, do mais doloroso conflito entre desemprego e inflação, esse ciclo de expansão de tantas possibilidades é uma Dívida Divina. Há muitos obstáculos a serem superados, principalmente gargalos ambientais, exigentes de projetos qualificados. Portanto, há oportunidades.

Diferente de todos os outros projetos nacionais, a particularidade do Arco Norte, por tantas possibilidades que oferece, é exigente de uma multiplicidade de tratamentos. É um mundo único, da infraestrutura ao ambiental, na ocupação de espaços culturais nativos, como quilombolas e índios, e rica diversidade da flora e fauna. Em especial, uma economia do extrativismo da floresta. Potencial imenso para atrair investimentos de forma inovadora.

Um ensejo de pesquisas acadêmicas na geração de comércio e trabalho, com aplicação da cultura regional, na produção em escala e de exportação da coleta processada de frutos e raízes. Uma abundância de desafios alvissareiros. Portogente vai debater o conjunto dessas variáveis, presente nessa marcha para atrair investimentos para conquistar emprego, produção e poder de compra.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/11/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

BOLSONARO RECEBE O SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

O presidente Jair Bolsonaro se reúne nesta segunda-feira, 16, com o secretário-geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), Zurab Pololikashvili, no Palácio do Planalto, acompanhado dos ministros do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Na semana passada, o governo anunciou um plano de retomada para o setor turístico brasileiro.

Também participa do encontro desta segunda-feira, 16, o presidente do Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), Gilson Machado. "Nós vamos fazer o Brasil ser o número um em turismo de natureza do mundo", destacou Machado, na chegada ao Planalto. Na terça-feira, 10, o governo lançou a iniciativa Retomada do Turismo, programa para a recuperação do setor que foi impactado pela pandemia da covid-19.

Segundo o governo, as ações do programa buscam a preservação de empresas e empregos do setor; a melhoria da estrutura e da qualificação de destinos; implantação dos protocolos de biossegurança contra o novo coronavírus; e promoção e incentivo às viagens. As medidas devem ser adotadas até 31 de julho de 2021 e envolvem, além do Ministério do Turismo, o Sistema S e entidades do setor privado. Valores investidos ou detalhes de cada medida ainda não foram divulgados.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 16/11/2020

CAMPOS NETO: ESTENDER MAIS AUXÍLIOS AGORA PODE SIGNIFICAR MENOS EFEITOS POSITIVOS

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, repetiu nesta segunda-feira, 16, que o lançamento de um programa fiscal com aumento de gastos públicos pode ter um efeito contracionista na economia, ao invés de favorecer o crescimento.

“Passamos de um ponto de inflexão. Estender mais os auxílios agora pode significar menos (efeitos positivos). Foi o teto de gastos que nos permitiu gastar mais na pandemia. Assim que se começou a questionar o teto, o mercado reagiu imediatamente nos preços dos ativos”, afirmou, na 3ª Conferência Anual da América Latina, organizada pela Chatham House e pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

Mais uma vez, Campos Neto lembrou que a recomposição da renda das famílias por meio dos auxílios do governo gerou uma poupança que deve começar a ser usada a partir do momento que esses auxílios forem retiradas em 2021. “Não acho que temos uma opção. O déficit fiscal tem que ser revertido a partir do próximo ano”, enfatizou. “Para atrair investimento privado, é preciso termos essa credibilidade. Só assim poderemos ter crescimento sustentável no longo prazo”, concluiu.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro
Data : 16/11/2020

SEGURANÇA É FATOR PRINCIPAL NO PIX, DIZ PRESIDENTE DO BC

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, voltou a avaliar nesta segunda-feira, 16, que o PIX – plataforma de pagamentos e transferências instantâneas do BC, que começou a funcionar de maneira plena às 9 horas nesta segunda-feira – é uma inovação que vai trazer custos menores para usuários e para o sistema financeiro. Ele reforçou que o sistema é seguro.

“A segurança é um fator principal, é principal preocupação no PIX. Teremos uma estrutura parecida com a que já existe para TEDs e DOCs. Há ainda um gatilho antifraude para combater o crime organizado e a lavagem de dinheiro. Um dos principais objetivos é aumentar rastreabilidade do dinheiro, será um futuro com mais segurança”, completou ele.

O diretor de Política Monetária do BC, Bruno Serra Fernandes, acrescentou que a autoridade monetária é reconhecida internacionalmente pela segurança de suas plataformas. “Com o PIX avançamos nos quesitos rapidez, democratização e custo, sendo uma operação muito mais barata que as demais que temos hoje”, afirmou.

A partir de agora, já é possível realizar pelo sistema transferências e pagamentos 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano.

A expectativa é de que as operações sejam liquidadas em até dez segundos. Até o domingo, um total de 71 milhões de chaves haviam sido cadastradas no PIX. A chave de usuário é um identificador de contas: o cliente pode cadastrar um número de celular, e-mail, CPF, CNPJ ou um EVP (uma sequência de 32 dígitos a ser solicitado no banco). Por meio dela, será possível receber pagamentos e transferências. A chave é um “facilitador” para identificar o recebedor, mas não é indispensável para receber um PIX.

Operações sem chave

Embora uma operação de PIX possa ser feita sem uma chave de acesso, o presidente do Banco Central considerou que as transferências e pagamentos com o uso da chave de acesso são mais rápidas e fáceis de ser concluídas.

“Vemos que hoje ainda há um grande número de operações feitas sem chave. O uso da chave do PIX vai aumentar ao longo do tempo, já que ela simplifica, agiliza e dá segurança para a pessoa”, afirmou ele.

O PIX – plataforma de pagamentos e transferências instantâneas do BC, começou a funcionar oficialmente nesta segunda-feira.

O chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do BC, Angelo Duarte, lembrou que a partir de 1º de dezembro, abre-se novamente a porta e novas instituições podem aderir ao PIX.

Já as pessoas físicas podem aderir ao PIX a qualquer momento. Não há restrições de horários para o funcionamento da plataforma, mas as instituições podem aplicar limites para pagamentos e transferências em horários específicos, como a madrugada, por questões de segurança.

Análise de dados

O presidente do Banco Central avaliou que o futuro da intermediação financeira depende da produção e análise de dados. “Quando eu tenho mais dados, consigo fazer produtos mais convenientes para os meus clientes. Queremos que essa parte se encontre no futuro com essas transações instantâneas. Você aumenta a competição e permite que mais dados transitem de forma instantânea”, afirmou. “O PIX vai gerar outros modelos de negócios, porque você consegue fracionar os pagamentos. O PIX pode pagar algo muito barato, como um sorvete, mas também um carro”, reforçou Campos Neto.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 16/11/2020

ANAC APROVA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE 4 AEROPORTOS



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/11/galeao-aeroporto-reproducao-anac-768x432.jpg>

Também teve aprovada a revisão do contrato de concessão o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão, com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro (Crédito: Reprodução/Anac)

A diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou revisão extraordinária do

contrato de concessão de quatro aeroportos em razão dos prejuízos causados pela pandemia da covid-19. As decisões estão publicadas na edição desta segunda-feira, 16, do Diário Oficial da União.

A primeira decisão refere-se ao Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS) e tem como objetivo recompor o equilíbrio econômico-financeiro do aeroporto em razão dos prejuízos causados pela pandemia. Segundo o despacho, o valor referente ao desequilíbrio verificado em 2020 corresponde a R\$ 119,442 milhões.

Segundo a decisão, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada por meio da: revisão das contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária a partir de 2020, após a anuência do Ministério da Infraestrutura; e majoração temporária de 15% (quinze por cento) das Tarifas previstas no Anexo 04 do Contrato de Concessão.

Em outra decisão, a diretoria da Anac aprova revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Fortaleza (CE).

Segundo o texto, o valor referente ao desequilíbrio verificado em 2020 corresponde a R\$ 94,326 milhões. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada, após a anuência do Ministério da Infraestrutura, por meio da revisão das contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária.

Também teve aprovada a revisão do contrato de concessão o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão, com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro. O valor referente ao desequilíbrio verificado em 2020 corresponde a R\$ 365,660 milhões.

“A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada, após a anuência do Ministério da Infraestrutura, por meio da revisão das contribuições fixa, variável e mensal devidas pela Concessionária”, diz o texto da decisão.

Por fim, também foi aprovada revisão do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis (SC). O valor referente ao desequilíbrio verificado em 2020 corresponde a R\$ 37,193 milhões. No caso do aeroporto de Florianópolis, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada por meio da revisão da contribuição variável devida pela Concessionária a partir de 2020, após a anuência do Ministério da Infraestrutura; e majoração temporária de 15% (quinze por cento) das Tarifas de Embarque, Conexão, Pousos e Permanência.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 16/11/2020



EXTRA ONLINE

LEILÃO DE PRIVATIZAÇÃO DA ELÉTRICA CEEE-D É PREVISTO PARA FEVEREIRO, DIZ BNDES

(Por Luciano Costa)

SÃO PAULO (Reuters) - O leilão de privatização dos ativos de distribuição de energia da elétrica gaúcha CEEE deve ser realizado em fevereiro de 2021, projetou nesta segunda-feira o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem assessorado o processo.

O governo do Rio Grande do Sul, controlador da companhia, deverá realizar nas próximas semanas apresentações a potenciais investidores interessados na chamada CEEE-D, acrescentou o banco estatal em comunicado.

"O edital deverá ser publicado na primeira semana de dezembro e a sessão pública do leilão está prevista para fevereiro de 2021", estimou o BNDES, que promoveu nesta segunda-feira uma audiência pública sobre a desestatização da empresa.

Fonte : Extra Online

Data : 16/11/2020

EXPORTAÇÃO DE SOJA DO BRASIL DESPENCA NA MÉDIA DO MÊS PARA POUCO MAIS DE 100 MIL T AO DIA

(Por Roberto Samora e Gabriel Araujo)

SÃO PAULO (Reuters) - A exportação de soja do Brasil somou 103,9 mil toneladas na média diária até a segunda semana do mês, cerca de metade do registrado na primeira semana de novembro, à medida que o maior exportador global da oleaginosa lida com baixos estoques, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira pelo Ministério da Economia.

O número também é menos da metade da exportação diária de soja registrada em novembro de 2019, conforme os dados do governo, após as exportações brasileiras terem se concentrado em meses anteriores, deixando pouco para o final do ano.

A exportação diária de milho também está abaixo da média até a primeira semana do mês, somando 252,3 mil toneladas, ante cerca de 290 mil toneladas/dia na primeira semana.

O volume, contudo, está acima do visto em novembro de 2019 (205,5 mil toneladas/dia).

Fonte : Extra Online

Data : 16/11/2020

EQUATORIAL MIRA AQUISIÇÕES PARA MANTER TRAJETÓRIA DE EXPANSÃO, DIZ CEO

(Por Luciano Costa)

SÃO PAULO (Reuters) - A Equatorial Energia tem a estratégia de manter uma trajetória de crescimento, o que passará pela avaliação de diversas oportunidades de aquisições à medida que estas surjam no mercado, após a companhia ter fechado o terceiro trimestre com robusta posição de caixa, disse nesta segunda-feira o presidente da companhia, Augusto Miranda.

A empresa, que tem operações em distribuição e transmissão de energia, fechou em 2018 a compra de distribuidoras de energia da Eletrobras no Piauí e no Alagoas, sendo que nesse último Estado ainda disputou recentemente um leilão de saneamento.

"Eu queria destacar que hoje nós temos uma área de M&A (fusões e aquisições) muito, muito madura, tanto é que estamos olhando outras oportunidades", afirmou o CEO, durante teleconferência com analistas e investidores.

Esses negócios poderiam incluir a compra de mais empresas de distribuição, de ativos operacionais ou já licitados de transmissão de energia (conhecidos como "brownfield") ou mesmo novas investidas no setor de saneamento, acrescentou ele.

A Equatorial disputou em parceria um leilão que ofereceu a investidores a concessão para serviços de saneamento no Alagoas no final de setembro, mas o processo teve como vitoriosa a BRK Ambiental, da Brookfield.[nL1N2GR0SS]

"Entramos bem, bem pé no chão... a gente está buscando, olhando outras coisas, buscando alargar essas oportunidades", afirmou ele, ao comentar a disputa em Alagoas.

Entre outros negócios no radar da companhia estão o leilão de privatização da unidade de distribuição de energia da estatal CEB, de Brasília, previsto para dezembro.

"A gente está olhando, a gente não decidiu se vai ou não. Estamos justamente vendo, vendo o valor mínimo, analisando as possibilidades, diria que estamos na fase de analisar internamente", afirmou Miranda, ao ser questionado sobre o interesse na desestatização.

TRANSMISSÃO E DIVIDENDOS

O presidente da Equatorial destacou que a empresa fechou o terceiro trimestre com uma robusta posição de caixa, enquanto ainda tem perspectivas de aumento de geração de recursos à medida que projetos de transmissão de energia entram em operação na reta final deste ano.

A Equatorial possui quatro empreendimentos de transmissão ainda em andamento, um deles em operação parcial, sendo que três deles têm avanço das obras ao redor de 90%.

"A entrada em operação desses projetos é um grande marco da Equatorial. A partir do ano que vem teremos parte significativa da geração de caixa livre advinda do segmento de transmissão, o que contribui para maior estabilidade do fluxo de caixa e pode ser aproveitado em novas oportunidades de crescimento", disse Miranda.

Ele também afirmou que essas receitas permitirão uma "redução muito rápida da alavancagem" da elétrica.

Dada essa perspectiva, ele acrescentou que a companhia iniciou discussões sobre sua política de dividendos.

O executivo destacou, no entanto, que o "plano A" da companhia é manter o crescimento e que o nível dos pagamentos aos acionistas dependerá do sucesso na execução dessa estratégia.

"Dependendo do sucesso desse nosso 'Plano A', a ideia é que a política de dividendos possa continuar num dividendo mais 'confortável'", afirmou ele, sem descartar alguma eventual mudança.

"Não temos uma política muito rigorosa, de forma a permitir essa flexibilidade", explicou ele, ao destacar que a empresa buscará o que entender ser a melhor opção para os acionistas.

A Equatorial terminou o terceiro trimestre com 7 bilhões de reais de caixa consolidado.

A alavancagem da companhia, medida pela relação entre dívida líquida e geração de caixa consolidada (Ebitda) ficou em 2,1 vezes, contra 3,4 vezes no mesmo trimestre de 2019.

Fonte : Extra Online

Data : 16/11/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

RECURSO DA ANP REVERTE LIMINAR QUE REDUZIU METAS DO RENOVABIO

Por Gustavo Gaudarde - 16 de novembro de 2020 - Em Combustíveis, Judiciário, Transição energética

A Justiça Federal reverteu a decisão liminar que reduziu as metas do Renovabio em 25% para 2020, após recurso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Decisão do desembargador Jiraim Aram Meguerian, da Justiça Federal de Brasília (TRF-1) foi publicada nesta segunda (16).

A tentativa de corte das metas foi uma iniciativa da Brasilcom, que representa majoritariamente distribuidoras regionais de combustíveis, como Ale, Atem e o grupo Dislub Equador. As duas maiores empresa do ramo, BR Distribuidora e Raízen, por exemplo, não são associadas.

Na decisão liminar derrubada, a Justiça Federal havia reduzido as metas em 25%, considerando a proporção do ano (três dos 12 meses) em que a meta não estava definida.

A Brasilcom alega no mandado de segurança que não há tempo suficiente para cumprir as metas de aquisição de CBIOs, os créditos de descarbonização do Renovabio, este ano, porque a individualização das metas foi feita pela ANP apenas no fim de setembro. Em resumo, afirma também que a obrigação das distribuidoras é definida com atraso, em março.

As distribuidoras também argumentam que os efeitos da covid-19 no mercado de combustíveis e o preço dos CBIOs causariam impactos desmedidos nas contas das empresas.

“A verdade é que não existe norma que determine o direito das impetrantes de terem suas metas reduzidas (...) Tanto é assim, que a petição inicial do Mandado de Segurança [da Brasilcom] apela para observância da razoabilidade e proporcionalidade, dos efeitos da crise advinda da pandemia da covid-19, entre outras questões, cuja análise demanda a produção de prova, sendo certo que o seu direito não pode ser demonstrado de plano, não sendo líquido e certo”, afirma a ANP, no recurso.

A agência ressaltou que não há ilegalidades nos atos que definiram as metas deste ano. O rateio da obrigação de compra de CBIOS foi feito dentro dos prazos, no início do ano, e após a revisão da meta, com corte de 50% feito pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em setembro, a agência atualizou as metas individuais.

A ANP ressaltou também que o mercado das distribuidoras – gasolina C, diesel B e etanol hidratado – está em recuperação constante, desde a pior fase da crise, em maio.

“A redução da meta compulsória anual aprovada pelo CNPE seguiu o rito de governança do Comitê RenovaBio, que é composto por 7 (sete) ministérios, foi precedida de Consulta Pública, tendo em vista que há o interesse difuso da sociedade de reduzir as emissões dos gases causadores do efeito estufa e foi extremamente benéfica para os distribuidores, pois obtiveram redução de 50%, enquanto a redução do consumo de combustíveis (gasolina C, diesel B e etanol hidratado) foi de apenas 6,9% [no acumulado do ano, até setembro]”, diz documento anexado ao processo.

Disputa sobre preço e balanço de oferta e demanda de CBIO

De acordo com dados da B3 consultados nesta segunda (16), os preços máximos dos créditos de descarbonização do Renovabio chegaram a R\$ 72, em 4 de novembro. Desde então, os preços voltaram a cair.

No período entre 6 e 12 de novembro, os CBIOS foram negociados por preços máximos entre R\$ 40 e R\$ 52.

Algumas distribuidoras entendem que há escassez no mercado e risco de faltar CBIO para o cumprimento das obrigações. A meta de 2020 é de 14,5 milhões de CBIOS, além 368 mil referentes a 2019, que foram transferidos para este ano, após a operacionalização do programa.

Do total de 14,9 milhões de CBIO necessários para 2020, 13,4 milhões constavam no estoque da B3.

São 5,9 milhões de créditos registrados por produtores de biocombustíveis (emissores) e 7,5 milhões detidos pelas distribuidoras (partes obrigadas). Outros 37 mil créditos foram comprados por outros investidores e, eventualmente, podem ser comercializados no mercado de balcão da B3. Dados de sexta (13), consultados hoje.

“A distorção entre a oferta (já que os CBIOS são disponibilizados no mercado por agentes não obrigados) e a procura por CBIOS (tanto por parte das distribuidoras, agentes obrigados, quanto por agentes não obrigados), vem acarretando uma substancial elevação do preço”, afirma a Brasilcom no pedido feito à Justiça. Veja o documento na íntegra (.pdf).

Na defesa contra a ação da Brasilcom, a ANP afirma, inclusive, que há resistência do setor de distribuição ao programa de descarbonização do mercado de combustíveis fósseis – o Renovabio foi criado por lei, em 2017, e é regulado pela ANP e pelo CNPE, o que envolve outros ministérios, como as pastas da Economia, Agricultura e Casa Civil.

“(…) Não prospera o argumento apresentado pela parte impetrante [Brasilcom] de que o prazo para cumprimento das metas individuais é exíguo, eis que se encontravam em pleno vigor atos que as fixavam originalmente e a oferta de CBIOS já se fazia presente a preços reduzidos. Pode-se afirmar que boa parte do setor de distribuição se manteve praticamente inerte, não levado pelos efeitos da pandemia e, sim, por forte e manifesta resistência ao RenovaBio, desde os seus primórdios. Em suma, pode-se afirmar que, no entendimento do setor, a questão não é circunstancial, como procura fazer transparecer em narrativas”, afirma a ANP, em nota técnica anexada ao processo.

Este mês, o IBP também defendeu medidas para, na visão da associação de petroleiras, reequilibrar a oferta e demanda de CBIOS.

“A diferença entre o volume de CBIOS escriturados pelos emissores e os disponíveis para comercialização indica um represamento na oferta e tem contribuído para a escalada de preço do Certificado, tendo atingido R\$ 68 em 28 de outubro, contra cerca de R\$20, um mês antes”, afirma o instituto.

O IBP representa as grandes petroleira em operação no país e, em junho, criou a Associação Brasileira de Downstream, com 15 associada, entre elas, Petrobras, BR Distribuidora, Ipiranga e Raízen. Juntas, as três maiores distribuidoras representam um terço da meta de aquisição de CBIOS.

“Esse desequilíbrio põe em risco a sustentabilidade do RenovaBio, pode gerar aumento de custos na cadeia da gasolina e óleo diesel, problemas no fluxo de caixa de distribuidoras e a própria organização desse mercado”, afirma a associação.

IBP e distribuidoras tentam reduzir ou postergar metas do RenovaBio em 2020

Com a redução da meta em setembro, o governo entende que não o mercado foi reequilibrado diante dos efeitos da pandemia. O debate sobre escassez de CBIO fez parte da consulta pública realizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), quando a BR Distribuidora e a Brasilcom apresentaram uma proposta de redução mais agressiva, para 8,5 milhões e 7,5 milhões de CBIOS em 2020, respectivamente.

A BR entendia, segundo estudos enviados ao ministério, que a escassez não se dará este ano, mas no curto prazo.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 16/11/2020

PETROBRAS INICIA A VENDA DE METADE DO POLO MARLIM

Por epbr - 16 de novembro de 2020 - Em Newsletter Comece seu Dia

Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde

gustavo@epbr.com.br

em jogo

Petrobras inicia a venda do polo Marlim, que inclui os campos Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul e Voador, na Bacia de Campos.

— É o terceiro maior polo de produção de petróleo e gás do Brasil e a maior acumulação pós-sal, com mais de 20 bilhões de barris, considerando o volume de óleo in place (VOIP). O fator de recuperação médio atual é de 22%.

— A Petrobras pretende manter a operação, com a venda de 50% dos ativos – atualmente, os campos são 100% da companhia. Em geral, a companhia vende a totalidade da sua participação nos campos, na maioria, de pequeno e médio portes; um caso em que também ofertou percentuais para entrada de sócios foi o projeto de Sergipe em águas profundas, em exploração.

— O polo Marlim também produz a partir do pré-sal da Bacia de Campos e a companhia pretende realizar em 2022 um novo teste de produção (TLD) na acumulação Poraquê Alto, no pré-sal. Estima que a produção total dos campos pode aumentar em até 60%.

— “Oportunidade única suportada por VOIP total de >20 Bbbl e prazo das concessões até 2052, apresentando potencial de aumento da produção atual de ~120 Mboe/d em ~60%, por meio da revitalização dos campos no curto prazo com significativo upside no pré-sal”, destaca o teaser da venda.

— Nos casos de Marlim e Voador, a revitalização dos campos está contratada. Dois FPSOs vão substituir todas as unidades atuais. As novas plataformas começam a produzir entre 2022 e 2023.

epbr

A subestação Macapá, que pegou fogo e causou o apagão no Amapá, não recebeu inspeções presenciais por não ter demonstrado grandes quedas de energia no passado, justificou a Aneel à epbr.

— Segundo a agência reguladora responsável pela fiscalização do setor elétrico, as instalações tiveram pouca quantidade de desligamento nos últimos anos e, por isso, não se qualificou para a fiscalização in loco.

— A Gemini Energy, responsável pela subestação Macapá, contratou o reparo do transformador entre nove e dez meses após o equipamento parar de funcionar. A informação consta na inspeção feita pelo juiz federal João Bosco Soares na quarta (11) e anexada ao processo que prorrogou por sete dias o prazo para restabelecimento da energia elétrica no Amapá. epbr

— Parte das despesas para restabelecer o fornecimento de energia no Amapá será bancada por todos os consumidores do país. O montante será usado para contratação emergencial de termelétricas para o estado. Os custos serão embutidos na conta de luz por meio do Encargo de Serviços do Sistema (ESS), que serve para manter a estabilidade do sistema elétrico.

— A conta será rateada entre os consumidores atendidos pelas distribuidoras e pelos que operam no mercado livre, como indústrias. O saldo dependerá da quantidade de energia, do tempo de acionamento e do custo do combustível que será usado pelas usinas. Investing.com, com Estadão Conteúdo

— O Ministério Público Federal (MPF) requisitou informações complementares à LMTE, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e à Aneel, que vão compor o inquérito civil aberto para apurar as responsabilidades das empresas e órgãos envolvidos no incêndio.

— Em outra frente, a Procuradoria Geral da República solicitou ao Ministério Público do Estado do Amapá e à Polícia Civil o compartilhamento de informações em inquéritos ou procedimentos abertos pelos órgãos da investigação para apurar as circunstâncias do blecaute. Estadão

Contratos do Brent para janeiro em alta superior a 3% nesta segunda (16), chegando a máxima de US\$ 44,32, dando seguimento a alta registrada na semana passada, com boas notícias sobre a vacina para covid-19 e apesar da queda registrada na sexta (13) pelos temores sobre a retomada econômica e o aumento da demanda por combustíveis.

— O Brent fechou a semana com ganho de 7,78%, mesmo com a queda de -1,72% de sexta, quando o barril fechou o dia cotado a US\$ 42,78. O ganho semanal do WTI foi de 7,40%, com baixa de -2,40% na sexta, com o barril a US\$ 40,13. Investing.com, com Estadão Conteúdo

A Eneva deve decidir nas próximas semanas se vai apresentar uma oferta no processo de venda do Polo Urucu, da Petrobras, disse o diretor financeiro da companhia, Marcelo Habibe, durante conferência com analistas na sexta (13).

— De acordo com Habibe, os interessados no ativo já estão em conversas com a Engie, operadora da Transportadora Associada de Gás (TAG), sobre eventual expansão da malha de dutos para atender ao ativo. “Esse investimento será da TAG, que vai cobrar uma tarifa a ser negociada com o detentor da molécula de gás”, explicou ele.

— No primeiro semestre, a produção média do Polo Urucu foi de 103 mil barris de petróleo equivalentes por dia (boed), sendo 16,2 mil barris diários de óleo e condensado, 13,8 milhões de m3 por dia de gás e 1,11 mil toneladas por dia de GLP. Valor

Para tentar destravar a venda da Braskem, a Petrobras mandou uma lista de quatro pedidos à Odebrecht, sua sócia na empresa, segundo o colunista Lauro Jardim, de O Globo.

— A petroleira solicita a regularização de todos os bilionários passivos ambientais; a listagem das ações no Novo Mercado; esclarecimentos sobre o envolvimento da Braskem em casos de

corrupção no México; e a substituição do diretor financeiro da petroquímica, Pedro Freitas, por um profissional de mercado que seja escolhido em conjunto com a estatal.

A Eletrobras pretende vender toda a sua participação nas elétricas Emae e CEEE, controladas pelos governos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, respectivamente, caso a privatização das empresas tenha sucesso, disse na sexta (13/) o presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr., em reunião online com acionistas promovida pela Apimec.

— O governo gaúcho iniciou um processo de venda da CEEE, incluindo as unidades de distribuição e de geração e transmissão, em leilões entre o final deste ano e meados de 2021. Já o governo paulista vai contratar estudos para avaliar a potencial desestatização da Emae. Reuters

A Companhia Energética de Brasília (CEB) alterou o cronograma do processo de privatização da CEB Distribuição. A entrega de propostas financeiras está programada para o dia 1º de dezembro, e a sessão pública do leilão prevista para o dia 4 do mesmo mês. O leilão estava previsto anteriormente para ocorrer com sessão pública em 27 de novembro.

Furnas contratou a energia elétrica de 15 usinas solares fotovoltaicas, num investimento total estimado em R\$ 4,1 bilhões, em seu primeiro leilão para compra de longo prazo de energia elétrica incentivada de novos empreendimentos de fontes eólica e solar no mercado livre de energia.

— Furnas ainda estuda a instalação de usinas solares nas áreas ao redor das usinas de Batalha (MG/SP), Estreito (MG/SP), Marimbondo (MG/SP) e Corumbá I (GO). No geral, os projetos terão potência instalada de 180 MWp. epbr

A Energisa protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à B3 um requerimento de registro de oferta pública de aquisição (OPA) de ações em circulação de emissão da Rede Energia Participações. A OPA por aumento de participação foi aprovada pelo conselho da empresa em reunião em 12 de novembro.

— O preço a ser oferecido aos destinatários da oferta será de R\$ 9,40 por ação, deduzidos eventuais proventos declarados até o leilão da oferta. Reuters

A Cemig registrou lucro de R\$ 545 milhões no terceiro trimestre, revertendo prejuízo de R\$ 292 milhões obtido em igual período de 2019. A receita da companhia cresceu 4,9% de julho a setembro, para R\$ 6,37 bilhões, na comparação anual.

— O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) cresceu 629%, para R\$ 1,42 bilhão, também beneficiado pela base de comparação. Operacionalmente, a receita foi beneficiada principalmente pelo crescimento na receita com a tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), a partir dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. G1, com Valor

A Cosan viu seu lucro do terceiro trimestre cair, em meio à queda das ações de sua controlada Rumo e pelo menor rendimento de aplicações, além de efeitos negativos do câmbio.

— O lucro líquido da companhia somou R\$ 303,8 milhões, recuo de 62,9% em base anual. O lucro ajustado, que desconsidera efeitos não recorrentes, foi de R\$ 272,8 milhões, recuo de 43,7% na mesma comparação. Reuters

A Petrobras lançou o Programa de Eficiência de Poços (PEP-70), que visa cortar 30% dos custos relacionados a poços e será concentrado em operações futuras do campo de Búzios, o maior do mundo em águas profundas e principal ativo da estatal, no pré-sal da Bacia de Santos.

— O PEP-70 pretende reduzir progressivamente os prazos para perfuração de poços em Búzios, o que envolve otimização de projetos de engenharia e incorporação de novas tecnologias em fase de desenvolvimento.

— “Para efeito de comparação, a média dos poços perfurados no campo de Búzios em 2017 foi de 171 dias. Em 2020, graças à aplicação de novas soluções tecnológicas, um dos poços foi construído em apenas 91 dias. Com o novo programa, a meta agora é avançar ainda mais nessa atividade”, afirmou a Petrobras, em comunicado à imprensa. Reuters

A ANP realizou na quinta passada (12) audiência pública sobre o acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.

— A revisão da portaria começou em 2015. Houve a realização de consulta prévia, em 2016, além de debates de 2017 a 2019 no âmbito dos programas governamentais Combustível Brasil e Abastece Brasil, bem como dois workshops durante o período de consulta pública.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 16/11/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

NO 1º DIA DO PIX, USUÁRIOS ESPERAM MAIS DE DUAS HORAS POR TRANSFERÊNCIA, QUE SERIA FEITA EM 10 SEGUNDOS

Apps de bancos têm instabilidade, e clientes também reclamam em redes sociais de não conseguir cadastrar chaves e de não concluir transações

Por Carolina Nalin* e Gabriel Shinohara



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24749175-f1b-9d8/FT1086A/652/x90376022_Pix-e-o-pagamento-instantaneo-brasileiro-O-meio-de-pagamento-criado-pelo-Banco-Central.jpg.pagespeed.ic.kDOmz7kIK5.jpg

Usuários se queixam do meio de pagamento criado pelo Banco Central Foto: Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

RIO E BRASÍLIA — O Pix começou a funcionar às 9h desta segunda-feira e já apresenta queixas de usuários nas redes sociais. Apesar de ter sido lançado com o

objetivo de efetuar transferências de forma instantânea, clientes de bancos e fintechs têm encontrado problemas ao realizar uma operação pelo novo sistema de pagamentos do Banco Central. Alguns esperam mais de duas horas para concluir uma transação.

O jovem Mateus de Souza Itacarambi, de 19 anos, está com dificuldades para receber o valor da primeira operação que fez pelo sistema. Ele tentou transferir o valor do auxílio emergencial, retido na sua conta do aplicativo do Caixa Tem, para uma conta do Mercado Pago.

O QUE É PIX E COMO VAI FUNCIONAR O NOVO SISTEMA DE PAGAMENTO EM 15 PONTOS

1 de 15

O que é o Pix?

É um meio de pagamentos criado pelo Banco Central que permite fazer transferências e pagamentos instantâneos 24 horas por dia e sete dias por semana. A promessa é que o novo serviço seja mais simples que os atuais TED e DOC. O Pix começou a funcionar no dia 16 de novembro.

Como acesso o Pix?

O Pix estará disponível em qualquer plataforma que a instituição financeira escolher. No entanto, o BC espera que o celular seja o canal mais usado. Em um primeiro momento, será necessário ter acesso à internet, mas o BC prevê que um serviço off-line esteja disponível em 2021.

Quem poderá utilizar o Pix?

Qualquer pessoa ou empresa que tenha uma conta corrente, conta de depósito ou conta de pagamento pré-paga. Para transferências entre pessoas físicas e pagamento de pessoas físicas para empresas, o Pix será gratuito. Para MEIs, venda com finalidade comercial poderá ser tarifada.

O que é uma chave Pix?

A chave é um meio de identificar a conta do usuário. Há quatro tipos: CPF ou CNPJ, e-mail, número de celular e uma chave de segurança aleatória de números e letras. Na hora de fazer transferência, em vez de o usuário ter que informar nome, CPF, número da conta e da agência, como é feito atualmente, basta colocar a chave Pix.

Como cadastrar as chaves?

O registro será feito pelo site ou app da instituição onde o cliente tem conta. É preciso confirmar a posse da chave e vinculá-la à conta do Pix. Por exemplo, no caso do uso do e-mail ou do celular como chave, o usuário receberá um código por SMS ou por e-mail que deverá ser inserido no app para confirmar a identificação.

Quantas chaves Pix posso cadastrar?

Pessoas físicas podem ter cinco chaves para cada conta da qual sejam titulares. Para empresas, o limite é de 20 chaves por conta. O cadastramento de chave promete facilidade e rapidez no uso diário do Pix, mas não é obrigatório.

Como fazer uma transferência?

O Pix vai aparecer no aplicativo do banco ou da fintech, ao lado do TED e do DOC. Ao selecionar a opção, quem estiver usando o serviço poderá digitar uma identificação de quem vai receber o dinheiro, a chave Pix (CPF, e-mail ou telefone celular). Quem for enviar recursos, coloca o montante a ser transferido e aprova a transação. Quem recebe pode gerar um QR code e enviá-lo ao pagador.

Qual a diferença entre Pix, DOC e TED?

Nas transferências TED/DOC, o pagador precisa digitar os dados do recebedor, como seu banco, CPF/CNPJ, número da agência e tipo de conta. O serviço só está disponível em dias úteis e em determinados horários. Além disso, no caso do DOC, o valor só fica disponível horas depois ou no dia útil seguinte. No Pix, o pagador inclui a chave Pix no celular ou lê o QR Code do recebedor e ambos recebem uma notificação de operação concluída. O Pix é aceito em qualquer dia e horário.

Haverá limite de transação no Pix?

O BC não estabeleceu um limite para o Pix, mas as instituições financeiras poderão impor valores máximos para cada transação. Estes, porém, não poderão ser inferiores aos limites estabelecidos para outras opções de pagamento.

Quanto o Pix vai custar?

Não haverá cobrança para pessoas físicas no caso do recebimento e envio de recursos. Mas, caso recebam dinheiro ao fazer uma compra ou se usarem os canais de atendimento do banco, quando houver meios eletrônicos disponíveis, a instituição financeira poderá cobrar tarifa. MEIs e autônomos seguem as mesmas regras. Se a conta Pix for usada apenas para fins comerciais, pode ser cobrada tarifa a partir da 31ª transação de recebimento. No caso de pessoas jurídicas, podem ser tarifados tanto o pagador como o recebedor.

Como fazer um pagamento via Pix?

Para fazer compras, o Pix também poderá ser usado via QR Code. O consumidor abre o aplicativo do banco ou da fintech, seleciona a opção Pix e direciona a câmera do celular para o QR Code disponibilizado pelo estabelecimento comercial, que também pode, assim como em transferências, informar sua chave Pix.

O que é possível pagar com Pix?

É possível fazer compras e pagamento de prestadores de serviço que também tenham Pix. Pode-se usar o Pix para pagar contas de luz, taxas e multas a órgãos federais. O Tesouro Nacional ainda está desenhando o calendário para o pagamento de taxas como inscrições de vestibular e emissões de passaporte. Também está sendo desenvolvida uma ferramenta para facilitar a compra de imóveis e carros.

O Pix é seguro?

As informações pessoais são protegidas pelo sigilo bancário e as medidas de segurança já adotadas pelas instituições financeiras em TEDs e DOCs serão utilizadas no Pix. Em caso de erro em uma transação, valem as regras atuais. Se ocorrer o envio de um valor errado, será necessário negociar com o recebedor para que o montante seja devolvido.

Como é o Pix no mundo?

Tecnologias similares ao Pix estão disponíveis em 56 países. No México, por exemplo, ele também foi implementado por órgãos federais. Já nos EUA e na China, foram empresas privadas. A Austrália tem um modelo híbrido, público e privado. Reino Unido e Chile foram os primeiros a adotar a tecnologia. Em algumas metrópoles globais, a principal mudança causada pela expansão desse tipo de meio de pagamento foi a drástica redução na circulação de papel-moeda.

Qual o papel do Banco Central?

O Banco Central provê a infraestrutura do Pix, uma base de dados centralizada com os dados das contas dos recebedores. Dessa maneira, os participantes do sistema de pagamento podem aproveitar a infraestrutura única para acelerar o processo de transferência e pagamento

A mensagem do aplicativo da Caixa dizia que houve um erro na operação e pedia para que fosse conferido o extrato, mas o saldo permaneceu vazio por quatro horas. Após o longo tempo de espera, o dinheiro retornou para a conta de origem. Mas a transferência, que era o principal, não foi efetuada:

— O ruim foi que o dinheiro não constava em nenhum dos aplicativos, se perdeu pelo caminho. Ficou por quatro horas assim, me senti roubado. Cadastrei a chave no mês passado e me sentia seguro com o sistema, mas aí aconteceu isso — queixa-se.

Procurada, a Caixa informou que "no início desta manhã houve uma intermitência pontual no serviço do PIX e que as operações impactadas serão automaticamente estornadas, sem prejuízo aos clientes".

"O serviço foi normalizado ainda pela manhã e, até o início desta tarde, já haviam sido cadastradas 170 mil novas chaves e realizadas mais de 200 mil operações", conclui a nota.

Em nota, o Mercado Pago afirmou que "identificou que o valor da transação mencionada não chegou a sair do Caixa Tem para a conta Mercado Pago e que o valor encontra-se disponível na conta Caixa Tem do usuário".

"No primeiro dia de Pix, é possível que surjam instabilidades pontuais de envio de dinheiro. O Mercado Pago irá conceder toda a assistência aos usuários que eventualmente tenham relatado esse tipo de dificuldade e reforça que transações com Pix vindas de outras instituições estão sendo compensadas normalmente", completa a nota.

A auxiliar operacional Stefanie Santos, de 24 anos, fez uma transferência cujo valor demorou quase oito horas até chegar à conta de destino. Ela transferiu por volta das 9h30 uma quantia da sua conta no Nubank para a conta do pai, na Caixa Econômica Federal, mas precisou esperar até às 17h, horário final similar ao de um TED.

— Pensei que o Pix seria ótimo por conta do imediatismo que tanto pregam, mas agora estou bem decepcionada. Era um valor que precisava ser repassado com urgência e só ganhamos dor de cabeça. Foi um alívio receber, mas agora não quero mais usar este modo não — lamenta Santos.

Procurado, o Nubank informou que, no primeiro momento da operação, algumas oscilações são esperadas à medida que o volume de transferências vai ganhando escala.

"A empresa ressalta que o Pix foi implementado em tempo recorde e que está trabalhando dia e noite com o Banco Central e demais participantes do novo sistema para resolver todos os eventuais casos em que o Pix não funcione adequadamente. O Nubank destaca ainda que está confiante que em muito breve todos os inúmeros benefícios estarão disponíveis para todos os brasileiros, sem qualquer fricção para os clientes", completa a nota.

A enfermeira Lana Priscila Meneses, de 38 anos, cadastrou sua chave no banco Bradesco ainda na fase pré-teste. Com a estreia oficial do Pix, tentou fazer uma transferência para uma conta para um banco digital, mas não conseguiu.

— Tentei mais de cinco vezes e sempre aparece a mensagem de "transação cancelada". O Bradesco nem reconhece a chave (e-mail) no outro banco. Em compensação, consegui na primeira tentativa em outras instituições — conta Meneses.

Procurado, o Bradesco ainda não respondeu o contato.

Além da lentidão e cancelamento das operações financeiras, usuários também se queixam de instabilidade nos aplicativos dos bancos para cadastramento da chave.

"Desisto de cadastrar o pix no Banco do Brasil, só do erro direto", escreveu uma internauta no Twitter. "Alô Santander cadê o pix? Agora 10h42 e nada de pix!", questionou outra.

Em nota, o Banco do Brasil informou que não há instabilidade em seus sistemas nesta segunda-feira, 16. "Todas as transações, incluindo as do Pix, funcionam normalmente", completou. Procurado, o Santander ainda não respondeu o contato.

BC nega instabilidade nos sistemas

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, negou que houve instabilidade nos sistemas do Banco Central e confirmou que alguns bancos tiveram operações que não foram completas

— Tem um volume maior que não conseguiu ser completo em um banco ou outro. A gente monitora sempre isso, a gente tem conversado com os bancos. Quando vemos algum banco específico durante uma fase ou período do dia teve um número maior de operações rejeitadas a gente entra em contato. Lembrando que é um processo de encontro número, que às vezes são erros simples, como um dígito que não está homogêneo.

Campos Neto disse que o processo ainda está se aperfeiçoando e que a operação nesta segunda-feira já está melhor do que no período de testes.

— Instabilidade do sistema em termos de liquidação não teve nenhuma. Algumas operações não foram completadas? Sim, a gente está tendo aperfeiçoamento ao longo do caminho.

O chefe do Departamento de Competição e Estrutura do Mercado do BC, Angelo Duarte, disse que alguns problemas foram detectados, mas que é normal, principalmente quando grandes instituições começam a operar com um grande número de clientes.

— A gente entende que ali no início da operação poderia haver problemas com algumas instituições específicas. Isso já passou, tá todo mundo operando muito bem dentro dos parâmetros de qualidade.

O diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do BC, João Manoel Pinho de Mello, disse que uma fração significativa dos erros, das operações rejeitadas, foi porque houve uma tentativa de fazer um Pix para um destino que é uma conta salário, que por regulamentação não está dentro do novo sistema de pagamentos.

— Cada vez mais quando houver mais uso das chaves, essas operações que são rejeitadas, não completadas, vão diminuir porque, por exemplo, você nem consegue cadastrar uma chave associada a uma conta salário.

De acordo com Duarte, com o passar do tempo e com os clientes se acostumando a usar o Pix, essas operações rejeitadas vão diminuir. Ele deu um exemplo de clientes colocando informações erradas para fazer o Pix.

— Muitas vezes o usuário está fazendo a primeira utilização do menu do Pix na sua instituição e não se sustenta que ali existe uma opção entre conta corrente e conta poupança. Muitas vezes ele vai fazer uma operação para uma conta poupança, mantém a opção de conta corrente e ao fazer a operação, ela é rejeitada. O uso da chave vai acabar com todas essas dificuldades, porque uma vez que a chave for cadastrada todas as informações corretas daquela conta já estarão contidas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 16/11/2020

BNDES VENDE MAIS R\$ 2,54 BILHÕES EM AÇÕES DA VALE NA BOLSA

Por Rennan Setti

A BNDESPar, braço de participações do banco de fomento, vendeu R\$ 2,54 bilhões em ações da Vale nesta segunda-feira. A venda se deu por meio de um “block trade” (venda em bloco), o mesmo modelo pelo qual o BNDES se desfez de R\$ 8,1 bilhões em papéis da mineradora em agosto. Aquela operação foi o maior “block trade” já feito na Bolsa brasileira.

Hoje, o banco vendeu 40 milhões de ações por R\$ 63,62 cada — em linha com a cotação do papel neste momento na Bolsa, um bom termômetro do apetite dos investidores pelas ações da mineradora. Além disso, inicialmente, o banco queria vender 27 milhões de ações, mas encontrou interesse para um lote maior.

O “block trade” foi operacionalizado pela corretora do Bradesco, e na ponta compradora estava o Morgan Stanley, segundo fonte a par de detalhes da operação.

O BNDES pôde vender os papéis porque expirou, na semana passada, o período de “lock up” que a impedia de vender mais ações da Vale nos 90 dias que se seguiram ao “block trade” de agosto.

Segundo o formulário de referência mais recente da Vale, o BNDES detinha cerca de 188,5 milhões de ações da mineradora. Com a venda de hoje, o número cai para 148,5 milhões, dos quais 117,5 milhões estavam presos por acordo de acionistas que também expirou na semana passada — liberando o BNDES para vender toda sua participação. Na cotação de hoje, essa fatia supera R\$ 9 bilhões.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 16/11/2020

GOVERNADOR DO RIO DÁ SINAL VERDE PARA PRIVATIZAÇÃO DA CEDAE ANDAR

Por Lauro Jardim

A privatização da estatal de águas e esgotos do Rio de Janeiro, a Cedae, vai voltar a andar dentro do cronograma.

Claudio Castro, governador em exercício do Rio de Janeiro, acaba de dar o o.k. para que o processo destrave depois de receber do BNDES respostas a questionamentos que fizera ao modelo de concessão.

No final de outubro, Castro assustou a equipe econômica e o mercado financeiro com uma declaração: disse que a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos poderia não acontecer.

Justificou dizendo que fizera perguntas ao BNDES e as respostas ainda não haviam sido dadas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 16/11/2020

PETROBRAS VAI VENDER 50% DE QUATRO CAMPOS NA BACIA DE CAMPOS COM PRODUÇÃO NO PRÉ-SAL

Estratégia da estatal é vender metade da fatia que detém nas concessões de Marlim, Voador, Marlim Leste e Marlim Sul

Por Bruno Rosa



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24749062-a5b-c6e/FT1086A/652/x40641135_18011998DIVU_LGACAOELIANA-FERNANDESECPLATAFORMA-PETROBRAS-18NO-CAMPO-GIGANTE-D.jpg.pagespeed.ic.zTCn-8kmit.jpg

Petrobras diz que pretender vender metade dos 100% que detém nas concessões de campos de exploração de petróleo como o de Marlim, Foto: Divulgação/Eliana Fernandes

RIO - Com dezenas de ativos já em processo de venda, a Petrobras anunciou na manhã desta segunda-feira que vai se desfazer de parte de sua participação em quatro campos de petróleo na Bacia de Campos que produzem tanto no pré-sal quanto no pós-sal.

A estratégia da estatal é vender 50% dos 100% que detém nas concessões de Marlim, Voador, Marlim Leste e Marlim Sul. Esses campos estão no chamado Polo Marlim.

Apesar do negócio, a estatal disse que se manterá como operadora dos campos. As quatro áreas somam produção diária de 217 mil barris de petróleo por dia.

Segundo uma fonte do setor, a venda de parte desses campos já era aguardada pelo mercado desde que a estatal sinalizou que iria reduzir seus investimentos para os próximos anos.

Em setembro, a empresa disse que o investimento será entre US\$ 40 bilhões e US\$ 50 bilhões entre 2021 e 2025, ante US\$ 64 bilhões anunciados no Plano Estratégico de 2020-2024.

Essa fonte observou que a estatal vai buscar parceiros para acelerar o investimento nos campos que listou como prioritário. Fazem parte desse grupo áreas como Marlim, Marlim Sul, Marlim Leste, Roncador, Tartaruga Verde e Barracuda. Há ainda Búzios, Tupi, Jubarte, Sépia, Atapu, Mero, Sapinhoá, Itapu e Berbigão.

Um analista destacou que a venda de parte dos campos tem uma dimensão importante para o mercado apesar da redução contínua de produção na Bacia de Campos, que já foi a maior região produtora do país e hoje soma 23% do total produzido, com 989 mil barris de petróleo e gás por dia.

Campos perdeu o posto para a Bacia de Santos, que passou a concentrar 66% da produção total do país por conta do pré-sal, com 2,6 milhões de barris diários de óleo e gás.

Marlim Leste, Marlim, Marlim Sul e Voador produzem tanto no pré-sal como no pós-sal.

Marlim e Marlim Leste, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), estão entre os 20 maiores campos do pré-sal.

Já Marlim Sul tem 67 poços produtores. É o maior entre os campos marítimos em número de perfurações. A primeira produção comercial de petróleo no pré-sal desse campo começou em 2017, observou a fonte.

Essa área na Bacia de Campos tem forte potencial para o pré-sal. Em setembro deste ano, a estatal informou que encontrou sinais da presença de petróleo em um poço exploratório numa área de águas ultraprofundas no pré-sal, no sul da Bacia de Campos.

No comunicado enviado à imprensa, o gerente executivo de Águas Profundas da Petrobras, Carlos José Travassos, disse que o anúncio esta iniciativa está longe de ser um movimento de saída da Petrobras da Bacia de Campos. Para exemplificar ele citou o projeto de revitalização de Marlim - que abrange a interligação de mais de cem poços aos sistemas já em operação.

“É só uma parte do plano de renovação já em andamento para a Bacia de Campos, que abrange a campanha exploratória dos 14 blocos adquiridos entre 2017 e 2019”, disse em nota.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 16/11/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

REFORMAS DEVEM FICAR PARA DEPOIS DO SEGUNDO TURNO, DIZEM LÍDERES DO GOVERNO NO CONGRESSO

Segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, a prioridade desta semana é votar a Lei de Falências

Por Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Depois do primeiro turno das eleições municipais, as lideranças do governo no Congresso vão buscar aprovar projetos da área econômica já em tramitação, mas as reformas estruturais devem ficar concentradas no período após o segundo turno, marcado para 29 de novembro.

Ao Estadão/Broadcast, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que vai tentar votar a pauta que combinou com o presidente Jair Bolsonaro na semana passada. Ele admitiu que a votação das reformas ficará para depois do segundo turno.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/0/1/566872782802.jpg>

O deputado Ricardo Barros, líder do governo na Câmara Foto: Marcello Casal Jr / Agência Brasil

“Temos votações já (esse semana). As reformas ficam para o segundo turno. Acordaremos com os líderes amanhã. Isso é importante”, antecipou. Barros previu para essa semana a votação da Medida Provisória que facilita a navegação na costa brasileira, chamada de cabotagem. “A pauta é para quarta”, afirmou.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), informou ao Estadão/Broadcast que terá reunião nesta terça-feira, 17, às 11h, com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e os líderes. “Definiremos projetos que serão apreciados essa semana”, disse.

“A prioridade nossa é votar a Lei de Falências”, ressaltou. Entre as outras prioridades, ele citou o relatório do senador Marcio Bittar (MDB-AC) para as Propostas de Emenda à Constituição (PEC)

emergencial e do pacto federativo, que trarão medidas de contenção de despesas e também devem incluir a tentativa de reformular e ampliar o Bolsa Família.

Também estão no horizonte das lideranças no Senado a nova lei do gás, as concessões ferroviárias e novo marco do setor elétrico. Bezerra não falou em prazos. “Lei de Falências será votada essa semana”, afirmou, acrescentando que pedirá apoio dos líderes para esse projetos.

Entre os destaques do novo marco estão: previsão de regras que facilitam a tomada de empréstimo por empresas em recuperação judicial; descontos e prazos maiores para o parcelamento de dívidas com a União; estímulos para que as empresas busquem a negociação com os credores fora do ambiente judicial; e aceleração do processo de decretação de falência.

Na área econômica, já é esperado que “matérias pesadas” só devem ser destravadas de fato após o segundo turno das eleições. Até lá, muitos parlamentares ainda estarão envolvidos em disputas em capitais brasileiras.

Além dos projetos já em vista, o governo quer tentar avançar com alguns projetos de lei complementar, como o PLP 101, do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que reforma a lei de recuperação fiscal dos Estados e representará a porta de entrada para um socorro essencial a governos estaduais como Rio, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 16/11/2020

MERCADO LIVRE QUER FORMALIZAR SEUS VENDEDORES

Companhia faz campanha para ajudar parceiros a obter CNPJ; ao contrário de rivais, plataforma ainda tem alto índice de informalidade

Por Talita Nascimento, O Estado de S. Paulo

O Mercado Livre tem trabalhado em um programa para estimular a formalização dos vendedores em sua plataforma. A meta é ampliar o uso do serviço de entregas da companhia – hoje disponível só para quem tem um CNPJ – e, segundo apurou o Estadão/Broadcast, também fomentar o futuro crescimento da operação de crédito, que deve virar realidade após a empresa ter recebido aval do Banco Central (BC) para operar como instituição financeira.

Esse estímulo à formalização envolve mostrar a esses empreendedores que, ao usar a logística da varejista digital, os produtos serão exibidos a um público mais amplo e o tempo para entrega ao cliente tende a ser reduzido. A companhia fez uma parceria com a Contabilizei, empresa de contabilidade online, para facilitar o caminho do lojista ao CNPJ e à emissão de notas por meio do Simples Nacional.

O Mercado Livre sofre críticas dentro do setor por causa da quantidade de vendedores informais em sua base – muitos só vendem itens antigos dos quais querem se desfazer.

Segundo especialistas, essa iniciativa do Mercado Livre serviria também para evitar questionamentos jurídicos.

No entanto, de acordo com Fernando Yunes, vice-presidente sênior de comércio eletrônico do Mercado Livre, o que houve foi uma intensificação desses incentivos durante a pandemia, devido ao crescimento de vendedores na plataforma e ao desenvolvimento do braço de logística da companhia.

Na última quinta-feira, 12, a empresa anunciou a criação de cinco novos centros de distribuição no País até 2021, além de investimentos na casa dos R\$ 4 bilhões ainda para este ano.

“O que a gente tem feito é democratizar o acesso ao comércio e ao dinheiro no Brasil e na América Latina. Para democratizar o comércio, há uma série de pilares. Um deles, é trazer o máximo de vendedores”, afirma Yunes.

Mas, diferentemente do que ocorre no Magazine Luiza e na Via Varejo, que exigem a emissão de notas fiscais pelos lojistas, no Mercado Livre o vendedor pode começar como pessoa física. Não há barreira de entrada clara. Dessa forma, a companhia sofre críticas por ter vendedores informais em sua base.

Yunes lembra que, para usar a logística do Mercado Livre, os vendedores precisam ter completado o processo de formalização. Nas contas da empresa, o braço logístico já é responsável por cerca de 74% das vendas no País, segundo dados do mês de setembro. “Nossa meta é ter 100% das vendas operadas pela nossa logística – assim, todas as transações terão notas fiscais”, diz o executivo.

No terceiro trimestre, foram 2 milhões de novos vendedores na plataforma no Brasil. Antes da pandemia, o Mercado Livre diz que ajudava a formalizar, em média, 600 empresas por mês. De março a setembro, este número saltou para mais de 5,5 mil. Assim, são 36 mil novas empresas em 2020, até agora.

O diretor de operações da consultoria de varejo Gouvêa, Eduardo Yamashita, diz que a avaliação dos clientes e a qualidade do serviço são pontos fundamentais para que o consumidor retorne para a plataforma. Mas ele avalia que a segurança jurídica também motiva o movimento pela formalização destes lojistas virtuais. “É um risco potencial para qualquer plataforma que seus vendedores não estejam regularizados. E esse movimento de formalização vem para mitigar esse potencial passivo”, diz o especialista.

Crédito

O Mercado Livre nega que a intensificação de incentivo à formalização tenha relação com leis estaduais que ampliam a responsabilidade dos marketplaces em relação aos lojistas que operam em sua plataforma.

No entanto, outra mudança pode ter feito a empresa voltar seus esforços para a medida. O Mercado Pago, braço financeiro do Mercado Livre, recebeu autorização para operar como instituição financeira.

Ao mesmo tempo, neste ano, uma nova norma do Banco Central trouxe mais responsabilidades a quem concede crédito. A norma em questão visa à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Desta forma, como uma das estratégias da gigante argentina é crescer a partir da concessão de crédito a seus lojistas, faz sentido investir na formalização.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 16/11/2020

PACTO COMERCIAL LIDERADO PELA CHINA É DESAFIO PARA OS ESTADOS UNIDOS

Acordo selado no domingo entre 15 países da Ásia e do Pacífico é um símbolo poderoso da crescente influência econômica de Pequim no sudeste asiático em um momento de incerteza sobre os laços econômicos de Washington com a região

Por Keith Bradsher e Ana Swanson, The New York Times

PEQUIM - Após oito anos de negociações, no domingo, 15, a China e 14 outras nações, do Japão à Nova Zelândia e Myanmar, assinaram formalmente um dos maiores acordos regionais de livre-comércio do mundo, um pacto moldado por Pequim, pelo menos em parte, como um contrapeso à influência dos Estados Unidos na região.

O acordo, chamado de Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP, na sigla em inglês), é limitado em escopo. Mesmo assim, carrega um peso simbólico considerável. O pacto cobre mais seres humanos - 2,2 bilhões de pessoas - do que qualquer acordo regional de livre-comércio e pode ajudar a consolidar ainda mais a imagem da China como potência econômica dominante em sua vizinhança.

O tratado também ocorre após a retirada dos Estados Unidos de acordos comerciais abrangentes, o que remodelou as relações globais. Quase quatro anos atrás, o presidente Donald Trump tirou os Estados Unidos da Parceria Transpacífica (TPP), um acordo mais amplo do que a RCEP, que era visto como uma resposta liderada por Washington à crescente influência da China na região da Ásia-Pacífico. Joe Biden, o presidente eleito, tem evitado dizer se integrará o sucessor da TPP.

Para alguns especialistas em comércio, esse novo acordo mostra que o resto do mundo não vai esperar pelos Estados Unidos. A União Europeia também conduziu as negociações comerciais em um ritmo agressivo. À medida que outros países assinam novos acordos, os exportadores americanos podem perder terreno gradualmente.

“Embora os Estados Unidos atualmente estejam focados em questões domésticas, entre elas a necessidade de combater a pandemia e reconstruir sua economia e infraestrutura, não creio que o resto do mundo vá esperar até que a América ponha a casa em ordem”, disse Jennifer Hillman, pesquisadora sênior de comércio e economia política internacional do Conselho de Relações Exteriores. “Acho que será preciso tomar algumas ações reativas ao que a China está fazendo.”

Por causa da pandemia, a assinatura do acordo no domingo foi incomum, com cerimônias realizadas em cada um dos 15 países membros, todas conectadas por vídeo. O ministro do Comércio de cada país se revezou na assinatura de uma cópia separada do pacto, enquanto seu chefe de estado ou de governo ficava por perto e observava.

Transmitidas simultaneamente em uma tela dividida, as diferentes cerimônias ofereciam um vislumbre da cultura política de cada país. O Vietnã, país anfitrião das negociações deste ano, a Coreia do Sul e o Camboja tinham uma ou duas pequenas bandeiras de mesa ao lado de seus ministros. No outro extremo, a cerimônia da China foi conduzida em frente a uma parede com cinco grandes bandeiras chinesas vermelhas e brilhantes.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/9/1605526981495.jpg>

Líderes da Associação de Nações do Sudeste Asiático durante reunião online. Foto: Kham/Estadão - 15/11/2020

O primeiro-ministro Li Keqiang, a segunda autoridade do governo chinês depois do presidente Xi Jinping, supervisionou o evento em Pequim. Em nota divulgada pela mídia estatal, ele classificou o pacto como “uma vitória do multilateralismo e do livre-comércio”.

A RCEP abrange os 10 países da Associação das Nações do Sudeste Asiático, além de Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul.

O pacto provavelmente formalizará - em vez de estabelecer - os negócios entre os países. A RCEP elimina, sobretudo, tarifas de bens que já se enquadram no tratamento de isenção de impostos dos acordos de livre-comércio existentes. E também permite que os países mantenham tarifas de importação em setores que considerem especialmente importantes ou sensíveis.

As chamadas regras de origem do pacto estabelecerão padrões comuns para a quantidade de determinado produto que deve ser produzida na região para que o produto final se habilite para o tratamento com isenção de impostos. Essas regras podem simplificar a criação de cadeias de suprimentos abrangendo vários países.

O acordo tem pouco impacto no trabalho jurídico, na contabilidade ou em outros serviços que cruzam as fronteiras e não se aventura muito na questão tantas vezes polêmica de garantir maior proteção à propriedade intelectual. A RCEP também contorna questões amplas como a proteção dos sindicatos de trabalhadores independentes e do meio ambiente, além da limitação de subsídios dos governos às empresas estatais.

O mais evidente é que o pacto não inclui a Índia, outro gigante regional. O governo de Nova Délhi se retirou das negociações em julho. A China rejeitara as demandas indianas por um pacto mais ambicioso, que teria feito muito mais para unir as economias da região, incluindo o comércio de serviços.

He Weiwen, ex-funcionário do Ministério do Comércio em Pequim e proeminente especialista em política comercial da China, disse que, no entanto, o acordo representa um grande passo à frente. “A Parceria Regional Econômica Abrangente, devido ao seu tamanho, certamente contribuirá para o livre comércio mundial”, disse ele.

As barreiras comerciais mais baixas podem encorajar as empresas globais a evitar as tarifas de Trump sobre os produtos chineses, mantendo a produção na Ásia em vez de transferi-la para a América do Norte, disse Mary Lovely, pesquisadora sênior do Instituto Peterson de Economia Internacional em Washington.

“A RCEP dá às empresas estrangeiras maior flexibilidade para navegar entre os dois gigantes”, disse ela. “Tarifas mais baixas dentro da região aumentam a vantagem da operação na região asiática, e as regras uniformes de origem facilitam a retirada da produção do continente chinês ao mesmo tempo em que mantêm esse acesso.”

Laços comerciais no sudeste asiático

A perspectiva de a China estreitar laços econômicos com seus vizinhos gerou preocupação em Washington. A resposta do presidente Barack Obama foi a TPP, que tinha extensas disposições sobre serviços, propriedade intelectual, sindicatos independentes e proteção ambiental. A TPP também exigia limites ao patrocínio estatal às indústrias, servindo tanto como um desafio para a China quanto como uma tentação para Pequim afrouxar o controle sobre sua economia, a segunda maior do mundo.

A TPP não incluía a China, mas englobava muitos de seus maiores parceiros comerciais, como Japão e Austrália, além de vizinhos chineses como Vietnã e Malásia. Depois que Trump tirou os Estados Unidos do acordo, os outros 11 países seguiram em frente por conta própria.

A China estava ansiosa para entrar nesse vácuo. Ainda assim, precisou lidar com as ambições indianas. As relações da Índia com a China se deterioraram consideravelmente nos últimos meses, em meio a confrontos entre tropas na fronteira montanhosa que compartilham.

Inicialmente Pequim havia tentado convencer Nova Délhi a aderir à RCEP. Mas os políticos indianos tiveram receio de reduzir as altas tarifas de seu país e abrir as portas para uma nova inundação de produtos manufaturados chineses. Por ano, a China envia à Índia US\$ 60 bilhões em mercadorias a mais do que recebe.

A Índia queria mais flexibilidade para aumentar as tarifas caso as importações aumentassem. Também buscava reduções tarifárias para produtos industriais de baixo custo e intensivos em mão de obra, cuja produção já está saindo da China. Mas Pequim temia que indústrias com alto índice de empregos, como a de calçados e camisas, saíssem da China muito rapidamente.

“No que diz respeito à Índia, não entramos na RCEP porque ela não aborda as questões e preocupações pendentes da Índia”, disse Riva Ganguly Das, secretária para Relações Orientais do Ministério das Relações Exteriores da Índia, em uma coletiva de imprensa na quinta-feira.

Ainda assim, Das enfatizou que a Índia continua interessada em aprofundar os laços comerciais com o sudeste asiático.

Não se sabe como os Estados Unidos reagirão ao novo pacto comercial. Enquanto Biden se prepara para assumir o cargo em janeiro, o comércio e a China se tornaram questões preocupantes.

A TPP foi criticada por republicanos e democratas por expor as empresas americanas à competição estrangeira. O acordo continua controverso, e Biden não disse se voltará à TPP - rebatizada de Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica - assim que assumir a presidência. Mas analistas dizem que é improvável que seja uma alta prioridade.

Biden disse que esperaria para negociar quaisquer novos acordos comerciais. Ele quer concentrar sua energia na pandemia, na recuperação econômica e no investimento na indústria e na tecnologia dos Estados Unidos. / TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 16/11/2020



ILHA NO PORTO DE SANTOS É ALVO DE DISPUTA

Triunfo e Evolve projetam terminais privados na área, que também está na mira do governo federal

Por Taís Hirata — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/dJr_YTsOo_o98G203L4eOF_66erk=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/u/e/5ZNc6iSsKiyB_MJE0OLrA/arte16emp-101-santos-b4.jpg](https://s2.glbimg.com/dJr_YTsOo_o98G203L4eOF_66erk=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/u/e/5ZNc6iSsKiyB_MJE0OLrA/arte16emp-101-santos-b4.jpg)

Uma área ainda desocupada no Porto de Santos tem sido alvo de disputa entre grupos

interessados em construir novos terminais no local. Duas empresas privadas já estão no páreo, a Triunfo Participações e a Evolve Empreendimentos. Além delas, a própria Santos Port Authority (SPA), responsável pela gestão do porto, quer incluir a região em sua zona de influência.

As duas companhias já protocolaram pedidos para ficar com a área. Porém, ambos processos estão parados, à espera do avanço dos estudos de desestatização do porto, que ainda estão em

fase inicial. Ainda assim, nas últimas semanas, as empresas têm trocado acusações nos bastidores.

A área em questão é a Ilha de Bagres, na margem esquerda do porto. A ideia de construir um terminal no local não é nova: esse mesmo terreno já foi centro de um escândalo de corrupção envolvendo o ex-senador Gilberto Miranda, em 2012, que detinha o direito de exploração - à época, houve uma acusação de tráfico de influência para a obtenção dos pareceres favoráveis ao empreendimento portuário.

Com as investigações, Miranda acabou perdendo o direito de explorar o terreno, que ficou novamente disponível. A partir daí, os grupos passaram a pleitear ao governo a cessão do espaço, para a construção de terminais de uso privado (TUPs).

O primeiro projeto protocolado, em dezembro de 2019, foi o da Evolve Empreendimentos, uma empresa desconhecida no setor que tem como sócio Emerson Conrado. Um dos responsáveis que assina do projeto é Delvan Monteiro - ele foi consultor exclusivo da Santos Brasil entre 2001 e 2009 e, desde então, já atuou com outras empresas do segmento, como a Ageo.

O projeto do grupo seria construir um complexo portuário com quatro terminais - de contêineres, fertilizantes, grãos e combustíveis -, além de novos acessos rodovias e ferroviários. As obras exigiram investimentos de ao menos R\$ 5 bilhões.

O plano da empresa é, primeiro, conseguir o contrato de adesão junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que dá o direito a explorar a área. Na sequência, buscariam investidores no mercado. Pessoas próximas à Evolve dizem que já haveria conversas engatilhadas com fundos estrangeiros.

O grupo chegou a obter licenças ambientais e administrativas, mas travou no Ministério de Infraestrutura, devido aos planos de privatizar o Porto de Santos. A pasta alegou à companhia que seria preciso esperar a modelagem da desestatização para então dar uma resposta ao pleito.

Em paralelo, em setembro deste ano, a Triunfo também entrou com um pedido para utilizar a área. A ideia do grupo é fazer um terminal de contêineres no terreno, que é vizinho a outras duas áreas que já são da empresa.

Com as três áreas, o plano da Triunfo seria montar um complexo portuário, formado pelo terminal em Bagres, o Terminal Brites (um projeto que está travado há anos por conta de uma ação civil pública) e o TPL (Terminal Portuário Logístico).

Em outubro, a Triunfo recebeu a mesma resposta dada à Evolve - de que o processo ficaria suspenso devido aos estudos de desestatização do porto.

Ainda assim, o surgimento da nova proposta acendeu um alerta na Evolve, que tem feito acusações de que a outra companhia estaria sendo beneficiada.

A empresa se queixa de ter protocolado seu projeto com meses de antecedência em relação à Triunfo, e que só não conseguiu avançar por falta de um aval do Ministério de Infraestrutura. Agora, a vantagem será zerada, e as duas propostas terão que passar por uma concorrência.

Quando há mais de um pedido de implantação de terminais privados para uma mesma área, cabe à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) fazer um processo seletivo. Os critérios adotados podem incluir a maior capacidade de movimentação, o menor preço, entre outros fatores definidos pela agência.

Com a perspectiva de concorrência, a Evolve já se prepara para judicializar o pleito, caso o projeto da Triunfo seja aprovado, segundo uma fonte.

De outro lado, pessoas próximas à Triunfo rebatem as acusações de favorecimento, e apontam que a Evolve seria uma espécie de fachada de outro grupo, que teria o intuito de barrar o novo terminal de contêineres.

A Evolve também nega que seja representante de qualquer companhia ou investidor oculto.

O Ministério de Infraestrutura afirma que os processos da Evolve e da Triunfo encontram-se na mesma situação, suspensos até que haja uma análise quanto a eventuais reflexos na desestatização do porto, e que não há qualquer tipo de distinção entre as duas propostas.

Na verdade, o próprio governo hoje é um candidato a ficar com a Ilha de Bagres. Em paralelo a essa disputa, há planos para que a área seja entregue à SPA e que a autoridade portuária desenvolva seu próprio projeto de novos terminais no local, afirma uma fonte do governo.

Esse movimento poderá ser feito no âmbito da desestatização da companhia docas. A proposta, porém, ainda não está madura. Inclusive porque os próprios estudos de modelagem da privatização, conduzidos por uma equipe contratada pelo BNDES, estão em fase muito inicial.

Além disso, para efetivar a incorporação da ilha, seria preciso alterar a poligonal do porto (traçado que define quais áreas estão sob influência da companhia docas). Hoje, o terreno está fora dessa zona e, por isso, disponíveis a possíveis terminais privados. Além da Ilha de Bagres, o Largo do Caneu também poderá ser alvo da expansão do porto organizado, segundo a fonte.

Por fim, na SPA tampouco há clareza sobre qual tipo de carga poderia ser transportada na área. Uma possibilidade seria fazer um terminal de contêineres, uma carga considerada adequada à geografia do local. Porém, a percepção é que hoje, até por conta da pandemia, é muito difícil traçar projeções de demanda para o longo prazo. Há ainda uma miríade de possibilidades para a área, que ainda seriam alvo de estudos pela equipe.

Em relação a esses planos, o ministério e a SPA afirmaram que a autoridade portuária tem “participado ativamente das discussões técnicas e se manifestará oportunamente com relação a uma eventual expansão das áreas do Porto de Santos considerando a política pública de desestatizações em andamento”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/11/2020

ANÁLISE: HSBC TEM GRANDES AMBIÇÕES NA CHINA, MAS OCIDENTAIS AINDA DOMINAM SEU CONSELHO

Banco com sede em Londres e foco na Ásia nomeou três membros do conselho, além de um diretor jurídico e um diretor de operações nos últimos 12 meses. Todos são americanos

Por Dow Jones Newswires — Pequim

O gigante bancário global HSBC Holdings PLC deixou claro que seu destino de negócios é a China. Seu conselho, entretanto, continua sendo um assunto anglo-americano.

O banco com sede em Londres e foco na Ásia nomeou três membros do conselho, além de um diretor jurídico e um diretor de operações nos últimos 12 meses. Todos são americanos. Apenas dois dos 14 membros do conselho são chineses.

O HSBC exemplifica as dificuldades que as empresas multinacionais enfrentam durante as tensões entre os Estados Unidos e a China. O banco recebeu demandas conflitantes por promessas de lealdade de Washington e Pequim depois que a China impôs uma lei de segurança nacional a Hong Kong. Os EUA, o Reino Unido e outros governos ocidentais se opuseram à extensão da lei a Hong Kong.

As nomeações de alto nível acontecem no momento em que o banco está reduzindo suas já modestas operações nos EUA e fechando filiais naquele país.

“Não faz sentido para os negócios”, disse Gregg Li, um investidor de Hong Kong que assessora empresas em governança, apontando que a Ping An Insurance, de Shenzhen, China - o maior investidor do HSBC - não tem um representante no conselho do banco. “Dado para onde a China está indo, acho que você começaria a trabalhar de forma muito mais próxima da economia chinesa e dos principais players”, disse Li. Ping An não quis comentar.

O HSBC ganha mais dinheiro na Ásia do que no resto do mundo. O presidente-executivo britânico do banco, Noel Quinn, está voltando a se concentrar na lucrativa rede do banco na China e em Hong Kong, enquanto reduz suas operações na Europa e nos EUA.

Quinn minimizou a importância da nacionalidade em uma entrevista. “É preciso olhar para a nossa experiência, não apenas para a nacionalidade”, disse.

Em maio, o ex-presidente-executivo da instituição em Hong Kong, Leung Chun-ying, pediu ao HSBC que expressasse apoio à lei de segurança ou correria o risco de perder negócios. O HSBC não estava entre os bancos que organizaram a venda de títulos em dólares do governo chinês em outubro, a primeira vez em anos que não estava envolvido em tal venda.

“Observarei com interesse agora que o banco tem um novo conselho”, disse Leung em um e-mail. “Qualquer empresa deve ter experiência coletiva suficiente no nível do conselho de seus principais mercados.”

Mark Tucker, presidente do conselho britânico do HSBC, liderou a nomeação do ex-presidente do Citigroup, Jamie Forese, do ex-CEO da Bridgewater Associates LP, Eileen Murray, e do ex-executivo da Microsoft Corp., Steven Guggenheimer, para o conselho neste ano. Bob Hoyt foi nomeado diretor jurídico em outubro e John Hinshaw foi nomeado diretor de operações em dezembro.

Junto com os diretores Jackson Tai e Heidi Miller, os americanos representam 36% do conselho, ante 25% em 2016, antes de Tucker se tornar presidente. Existem mais diretores americanos do que de qualquer outra nacionalidade.

Há quatro cidadãos britânicos e três outros ocidentais: Henri de Castries, da França, Pauline van der Meer Mohr, da Holanda, e José Antonio Meade Kuribreña, do México. Ewen Stevenson, a diretora financeira, possui cidadania britânica e neozelandesa. As duas chinesas no conselho são Laura Cha e Irene Lee.

O HSBC está iniciando uma nova unidade de seguros e planejamento de patrimônio digital na China, chamada Pinnacle, que contratará entre 2.000 e 3.000 funcionários nos próximos quatro anos. A Pinnacle obteve uma licença fintech na China, a primeira para uma instituição financeira estrangeira no país, segundo o banco.

Bob Tricker, ex-professor de finanças da Universidade de Hong Kong que ajudou a redigir o código de governança corporativa da cidade portuária asiática na década de 1980, diz que a questão da nacionalidade não é complicada.

“É intuitivamente óbvio”, disse Tricker. “Se a estratégia deles é ver seu futuro na China, eles precisam orientar sua governança, que se preocupa com a forma como o poder é exercido sobre uma empresa na China.”

Quinn enfatizou a experiência asiática dos membros do conselho, incluindo ele próprio, Tucker, Tai e Forese, que trabalharam na região. Cha e Lee são “muito fortes”, disse ele. “Temos uma equipe administrativa muito forte na Ásia”, disse. “Peter Wong cresceu e viveu na Ásia durante toda a sua vida, exceto durante algum tempo nos EUA quando estava na universidade.”

Wong é o presidente-executivo da unidade do HSBC com sede em Hong Kong, cujo conselho local, um degrau abaixo do conselho de diretores principal, é presidido por Cha e composto principalmente por cidadãos de países asiáticos. No início deste ano, uma conta de mídia social

chinesa do HSBC postou uma foto de Wong assinando uma petição apoiando a lei de segurança da China.

Os oponentes da lei criticaram Wong, argumentando que ela [a lei] desfaria a autonomia de Hong Kong e ameaçaria seus pilares de liberdade de expressão e tribunais independentes de estilo ocidental. Políticos chineses disseram que a lei era necessária após um ano de protestos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/11/2020

EB FIBRA AVALIA AQUISIÇÃO DE MAIS NOVE EMPRESAS

Demanda crescente por banda larga estimula consolidação e novos investimentos

Por Ivone Santana — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/tV5ZmYDE3DUEgf0jX91pAwAAi28=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/G/a/ftqjUyT BANj8BCeBI0PA/foto16emp-101-eb-b10.jpg](https://s2.glbimg.com/tV5ZmYDE3DUEgf0jX91pAwAAi28=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/G/a/ftqjUyT BANj8BCeBI0PA/foto16emp-101-eb-b10.jpg)

Melzer, da EB Capital, fala do investidor pessoa física: “Rapidamente fomos ao limite máximo de R\$ 800 milhões” — Foto: Claudio Belli/Valor

O negócio de acesso à internet em banda larga está mudando de perfil. Investidores, que buscam remuneração mais alta da oferecida pelos juros de aplicações financeiras, apostam no setor, de olho na demanda crescente por esse tipo de serviço. Do lado dos provedores, o movimento é de reestruturação, seja isoladamente ou se aglutinando para exibir robustez e atrair recursos.

Foi analisando esse cenário em 2016, e vendo espaço para consolidação de empresas em cidades pequenas e médias, que a gestora de private equity EB Capital decidiu entrar no negócio de fibra óptica. Em 2018, depois de avaliar algumas empresas, optou por investir na Sumicity, companhia de fibra óptica da cidade fluminense Sumidouro. Desde então, já identificou mais de 40 companhias, das quais nove estão em negociação.

Meta é ter 2 milhões de assinantes até 2025 - para isso, a EB Capital montou um fundo de investimento de R\$ 2 bi

Desde que foi comprada, a Sumicity triplicou de tamanho, de novembro de 2019 até o fim de 2020, passando de 90 mil assinantes para 280 mil, diz Eduardo Sirotsky Melzer, fundador e diretor-presidente da EB Capital. A receita também triplicou em 22 meses, acrescenta ele, sem revelar valores. O número de domicílios cobertos por fibra (“homes passed”, no jargão em inglês), saltou de 300 mil para 1 milhão.

Em 2019, a gestora começou a montar um projeto maior, de consolidação de provedores de fibra. Mapeou as regiões e escolheu os primeiros alvos para comprar. O plano prevê empresas agrupadas em clusters com autonomia de gestão, mas sob o mesmo guardachuva - a holding EB Fibra, comandada por Pedro Parente, ex-presidente da Petrobras e sócio da gestora, conforme antecipou o Valor em agosto deste ano.

A meta dos gestores da EB Fibra é alcançar 2 milhões de assinantes até 2025, com crescimento por meio de aquisições e de receita. Assim, a EB Capital montou um fundo de R\$ 2 bilhões. Além de destinar mais de 50% do espaço do fundo aos investidores institucionais, a gestora tinha uma oferta de R\$ 400 milhões para o varejo, com possibilidade de dobrar o valor. “Rapidamente atingimos o limite da oferta e fomos ao limite máximo, de R\$ 800 milhões”, diz Melzer, acrescentando que a demanda era muito maior.

Na opinião de Melzer, devido ao contexto macroeconômico, de taxa de juros baixa, o investidor pessoa física com o tempo deverá migrar para a economia real como estratégia de investimento. Então, diz, é preciso dar esse tipo de oportunidade a ele.

Mas a pulverização dá trabalho. Enquanto o private equity é fácil de divulgar - quatro reuniões em média, com cerca de 100 potenciais investidores institucionais -, no varejo é preciso haver um processo de educação, diz Luciana Ribeiro, sócia da EB Capital e presidente do conselho da Sumicity. Os investidores pessoa física são profissionais liberais, entre outros, que têm uma reserva financeira, mas que não tinham acesso a esse mercado. A XP, que fez a captação, resolveu o problema.

Melzer conta que foram realizadas 50 apresentações por semana, durante cinco semanas. Em algumas reuniões havia 300 pessoas. Ao fim dos trabalhos, a proposta tinha sido levada a mais de 35 mil pessoas. Dessas, 5,5 mil fizeram o investimento.

O fundo foi constituído em 2018 e segue até 2028, mas Luciana disse acreditar que deve atingir o tamanho projetado e outras metas até 2025. Portanto, sua execução pode ser de quatro a cinco anos, e não os oito anos previstos. Como o único ativo desse fundo é o negócio de fibra, ao completar o seu ciclo, a gestora, que tem ainda Fernando Lunes, ex-Itaú BBA, como sócio, venderá o negócio para remunerar os investidores. De 2018 a 2020, sua valorização foi superior a 60% ao ano, segundo Melzer.

Em setembro, o grupo comprou de quatro jovens irmãos a Mob Telecom, com sede em Fortaleza (CE) e cobertura em oito Estados. Melzer diz que a Sumicity fará a consolidação no Sudeste, e a Mob no Norte e Nordeste. Coube a Luciana replicar na Mob o modelo que deu certo na empresa fluminense.

Nas duas aquisições, a EB Capital manteve os respectivos empreendedores como sócios minoritários. “A mágica [do sucesso do negócio] são os empreendedores”, que fazem o Brasil ser diferente”, diz Melzer.

De acordo com Luciana, ter a posse da infraestrutura é outro diferencial. Juntas, Sumicity e Mob somam quase 50 mil quilômetros de fibra instalada. A rede está no Norte e no Nordeste e chega até São Paulo. A Sumicity passou de 25 para 50 cidades cobertas em dois anos e ultrapassou a fronteira do Rio de Janeiro para Vitória e Vila Velha, no Espírito Santo. Como grupo, o alcance é de quase 400 cidades com fibra.

Os gestores planejam voltar ao mercado para captar recursos a partir do ano que vem. Melzer diz que já tem vários projetos voltados para infraestrutura de outros setores da economia.

Do mercado de 35 milhões de acessos em banda larga no Brasil, cerca de 15 milhões são por fibra. Os cerca de 15 mil pequenos provedores somados detêm a maior participação no setor, que passa de 62%, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Isoladamente, a Telefônica lidera, com 21%, seguida de Oi (13,9%) e Claro (2,9%).

Para João Moura, presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), a captação que a EB Capital fez no varejo mostra não só o efeito do juro baixo no Brasil, mas também a pujança de capacidade de distribuição de papéis que não são fáceis nessas novas plataformas de investimento. “É um sinal positivo do apetite dos investidores, da capacidade das plataformas de investimento para captar tanto dinheiro e também que o mercado já tem um grau de amadurecimento”, diz.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/11/2020

A TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO AMEAÇADA

Não há chance do atual arranjo institucional funcionar. É quase certo que do programa só restarão ruínas

Por Jerson Kelman

Acompanhei a ministra Marina Silva numa reunião com o presidente Lula e diversos ministros para tratar do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, posteriormente chamado de PISF. Estávamos em 2003 e eu era o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) desde 2001. Durante a discussão, mencionei que não bastaria construir a obra. Seria também necessário cuidar da correta operação e manutenção (O&M) das estruturas hidráulicas. Levantei esse ponto porque sempre há muito lobby para fazer obras, mas praticamente nenhum para fazê-las funcionar. Por isso temos tantas obras inacabadas ou subutilizadas.

Antes que o governo federal aprovasse qualquer investimento para aumentar a segurança hídrica da região receptora, como é o caso do PISF, os beneficiários - públicos e privados - deveriam ter sido compelidos a se comprometer com um arranjo legal, institucional, comercial e financeiro para viabilizar a O&M. Seria admissível que o governo federal arcasse integralmente com o investimento, sem qualquer retorno, como de fato ocorreu, desde que se garantisse a sustentabilidade do empreendimento. Porém, não foi isso que aconteceu.

Não há chance do atual arranjo institucional funcionar. É quase certo que da transposição só restarão ruínas

Dezessete anos e R\$ 11 bilhões depois, a Codevasf é quem tem a responsabilidade de operar o PISF. Não há qualquer chance de que esse arranjo institucional funcione. Aliás não funcionará qualquer que seja o operador, se for dependente do exangue orçamento da União, como é o caso da Codevasf. Se tudo continuar como está, é quase certo que, em poucos anos, do PISF só restarão ruínas.

Para que esse desfecho não ocorra, é recomendável atribuir a operação do PISF a alguma empresa privada capaz de conseguir suficiente receita própria para equilibrar o custo de manter em funcionamento um sistema composto por 9 estações de bombeamento que elevam a água a 191 metros no eixo Norte e a 332 metros no eixo Leste. O consumo de eletricidade será expressivo, em média de quase 1 kWh por metro cúbico bombeado.

A outorga do PISF concedida pela ANA em 2005 permite bombeamento contínuo de cerca de 2 bilhões de litros por dia, prioritariamente para abastecimento urbano da região receptora. É apenas 1% do que em média o rio São Francisco despeja diariamente no mar. Porém, o suficiente para atender as necessidades de 15 milhões de pessoas, se não houvesse perdas de água no caminho.

Em situações excepcionais de abundância hídrica, muito mais água poderá ser bombeada (cerca de 10 bilhões de litros por dia). Não para uso imediato e sim para armazenamento temporário nos açudes da região receptora para posterior uso na irrigação. Nessas situações, o custo energético será irrisório porque quando o vertimento for iminente (segundo a outorga da ANA, estoque de água no reservatório de Sobradinho maior do que 94% da capacidade máxima), haverá suficiente água não apenas para ser desviada do curso natural, mas também para passar pelas turbinas da Chesf, em vez de pelos vertedores, gerando energia que de outra forma seria desperdiçada. Portanto, a custo mínimo.

O principal componente do custo de O&M será a energia elétrica utilizada no bombeamento contínuo dos tais 2 bilhões de litros por dia. Há pelo menos duas alternativas de equacioná-lo e, ao mesmo tempo, assegurar a governança necessária para o bom funcionamento do PISF. Ambas relacionadas ao projeto de lei relativo à privatização da Eletrobras, em discussão no Congresso.

A primeira alternativa é aproveitar a privatização para fazer com que a Chesf se transforme em concessionária dos usos múltiplos da água do vale do São Francisco, semelhante ao Tennessee Valley Authority (TVA), dos EUA. A nova Chesf incorporaria o PISF a seus ativos e herdaria as atuais responsabilidades de algumas entidades da administração pública. Teria a atribuição de gerar, transmitir e comercializar energia elétrica, mitigar as enchentes, operar o PISF, suprir água bruta, inclusive para irrigação, e manter o rio em condições navegáveis.

O pressuposto da proposta é que a nova concessionária teria musculatura econômica com a venda de energia elétrica e de água bruta para cuidar das atividades vinculadas ao bem comum, a água. Atuaria sob fiscalização de duas agências reguladoras: a ANA e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A segunda alternativa é licitar a concessão do PISF para uma operadora privada. A nova concessionária de serviço público teria a obrigação de induzir e organizar a demanda por água bruta na região receptora, assim como manter e operar o sistema de adução. A energia poderia ter três origens: (a) compra no mercado de energia elétrica; (b) autoprodução por meio de placas fotovoltaicas flutuantes, instaladas nos açudes sob administração da própria operadora, que também serviriam para diminuir a perda de água por evaporação; (c) pequena parcela de garantia física da Chesf - entre 2% e 4% - que a União concederia para a operadora privada por ocasião da privatização da Eletrobras.

A alternativa (c) parte da hipótese pessimista de que não haja interesse por parte da iniciativa privada em receber, mesmo gratuitamente, um patrimônio de mais de R\$ 11 bilhões porque a receita resultante apenas da venda de água bruta pode não ser suficiente para compensar os custos de O&M.

A hipótese pessimista pode não ser verdadeira. Porém, se for, suscita uma dúvida: faz sentido dar prosseguimento a um projeto cujo fluxo de caixa seja insuficiente não apenas para amortizar e remunerar o capital investido (certamente um custo afundado...), mas também para cobrir integralmente o custo da energia necessária para o bombeamento contínuo?

A resposta é “sim”, desde que a água transposta seja paga por quem dela fizer uso. Para justificar esse posicionamento, convém lembrar que a infraestrutura hídrica construída quando vigorava o New Deal acelerou o desenvolvimento de regiões dos EUA que à época se assemelhavam ao nosso semiárido nordestino.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/11/2020

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

DISTENSÃO ENTRE GOVERNO BIDEN E CHINA AFETARÁ AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Beneficiado pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, o agronegócio brasileiro deve sofrer impactos de curto prazo com uma esperada distensão do conflito pelo governo democrata eleito. A expectativa é que, com uma visão mais multilateralista, o democrata Joe Biden tende a retomar o comércio com o país asiático.

Segundo analistas, produtores de soja, carne e açúcar devem ser os mais afetados, porque vinham substituindo exportadores americanos no fornecimento ao mercado chinês. As vendas dos três produtos para o país asiático registraram forte expansão em 2020, com impacto sobre os preços no mercado interno.

“A única coisa que preocupa [num governo Biden] é uma eventual retomada de negociações entre EUA e China. A briga abriu espaço enorme das exportações brasileiras, e uma retomada sem preparações pode criar um problema”, diz o coordenador da FGV Agro, Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura.

Até outubro, o Brasil exportou para a China US\$ 58,4 bilhões (R\$ 318 bilhões), alta de 11% ante o mesmo período de 2019.

O país é o maior comprador de soja, carne e açúcar brasileiros. Com a pandemia, ampliou as importações de alguns dos produtos para manter estoques em caso de rupturas nas cadeias

produtivas globais. E, com as tarifas impostas aos EUA durante a guerra comercial, o Brasil ocupou boa parte do aumento da demanda.

As vendas de soja para lá cresceram 15,8% no ano. As de carne bovina subiram 87,2%, e as de açúcar quase triplicaram.

“Estranhamente, a guerra comercial teve a curto prazo efeitos benéficos para o Brasil”, diz o economista Mauro Rochlin, da FGV.

“Quando os EUA sobretaxaram chineses, a China sobretaxou a soja americana, o que representou oportunidade de negócios. O Brasil entrou de maneira mais profunda no mercado chinês.”

Por outro lado, o aumento das compras pela China fez as cotações no mercado internacional dispararem, com efeitos nos preços dos alimentos e dos combustíveis no Brasil, levando o governo a zerar alíquotas de importação e a um inusitado aumento nas compras de soja pelo país.

Embora democratas tenham histórico mais protecionista do que republicanos, especialistas têm a avaliação de que seu governo se apoiará menos em decisões unilaterais do que o de Donald Trump, o que deve abrir portas para a resolução de conflitos externos.

“Biden guarda maior respeito a instituições multilaterais, negociações comerciais com Europa e OMC e mesmo temas discutidos na ONU”, afirma a cientista política da UFRJ Ariane Roder.

“Biden vai voltar para a OMC e vai se entender via OMC. Pode ter viés circunstancial negativo [para o agro brasileiro], mas não é coisa permanente”, pondera Rodrigues. Segundo ele, o agronegócio brasileiro terá que se reposicionar em busca de novos mercados em caso de solução do conflito entre as duas potências.

Empresários do setor temem ainda que diferenças ideológicas entre Jair Bolsonaro e Biden possam prejudicar as vendas para os EUA, além de travar acordos comerciais em negociação pelo Brasil.

O principal ponto de preocupação é a agenda ambiental, um dos focos do programa de Biden, que falou sobre a Amazônia algumas vezes durante a campanha eleitoral —críticas respondidas pelo presidente brasileiro com a bravata sobre “pólvora”.

Nesse sentido, os produtores de soja preferiam a reeleição de Trump, com medo de pressões sobre a produção brasileira. Em entrevista em setembro, o presidente da Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), Bartolomeu Braz Pereira, chegou a criticar Biden por “fazer política” com o discurso sobre a Amazônia.

O embaixador Rubens Barbosa disse na semana passada que a reputação brasileira é abalada por práticas ilegais como queimadas, garimpos e pressões contra indígenas.

“Declarações do governo e ações concretas criaram uma crise na percepção externa do Brasil. Gradualmente fomos perdendo credibilidade”, disse Barbosa no Enaex (Encontro Nacional de Comércio Exterior), que reuniu empresários exportadores brasileiros que destacaram a necessidade de mudança de tom em relação ao meio ambiente e aos EUA.

Em discurso de abertura do encontro, Bolsonaro prometeu relações comerciais “sem viés ideológico”, mas voltou a defender o desenvolvimento econômico da Amazônia.

“O governo Bolsonaro precisa se reposicionar, diminuir carga discursiva ideológica no campo da política externa e tentar aproximação pragmática com o governo Biden, tendo em vista a importância que esse parceiro tem”, concorda Roder, da UFRJ.

O agronegócio brasileiro não tem contenciosos nas relações comerciais com os Estados Unidos, diferentemente do que acontece com os setores de aço e alumínio.

Mas há um conflito em relação ao setor de açúcar e etanol, depois que Bolsonaro isentou de tarifas cota de importação do combustível produzido nos EUA sem a esperada abertura às exportações de açúcar brasileiro àquele país.

Embora esperem maiores incentivos ao uso de etanol nos EUA após a posse de Biden, produtores brasileiros não veem grandes chances de que a contrapartida seja adotada, o que manterá as exportações para o país inviáveis. Por isso, cobram mudança de atitude do governo sobre o tema.

“Por que vamos isentá-los no etanol se o açúcar de fora tem que pagar tarifa de mais de 100%? Vamos falar de livre mercado, mas em letras maiúsculas”, afirma o presidente da Unica (União da Indústria de Cana de Açúcar), Evandro Gussi.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data : 16/11/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ANTAQ ADERE AOS CONSELHOS DE USUÁRIOS PARA APRIMORAR SERVIÇOS PRESTADOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15/11/2020 - 21:20

Os Conselhos de Usuários são uma nova ferramenta de participação da sociedade para avaliação e melhoria dos serviços prestados pelo Estado

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) irá criar Conselhos de Usuários de Serviços Públicos, com o objetivo de conectar os usuários aos gestores da Autarquia, visando aprimorar a prestação desses serviços. A medida atende ao Decreto nº 10.228/2020, que regulamentou a matéria estabelecendo os parâmetros para a instituição dos meios virtuais de constituição dos referidos conselhos e fixando diretrizes e ações de estímulo à participação dos usuários. Na Agência, os conselhos estão em fase de constituição e sua implementação é prevista para o ano que vem.

Os conselheiros auxiliarão na melhoria dos serviços prestados de duas formas, principalmente: resposta a consultas formuladas pelo gestor do serviço e pela Ouvidoria e proposição de ideias para melhorar os serviços.

O funcionamento dos conselhos de usuários será totalmente virtual. Qualquer cidadão pode ser conselheiro, bastando voluntariar-se por meio da plataforma virtual disponível aqui. Depois que estiverem cadastrados, os conselheiros estarão aptos para responder consultas sobre os serviços prestados e poderão apresentar propostas de melhorias desses serviços.

O ouvidor da Antaq, Carlos Gomes, acredita que ninguém melhor do que o usuário, que é o destinatário do serviço, para fazer essa avaliação e dizer se o serviço foi bem ou mal prestado. “A intenção é capturar diretamente do destinatário do serviço qual foi a sua impressão e sua avaliação do serviço prestado pela Antaq. Sabendo disso, a Agência poderá corrigir rumos, redefinir procedimentos e melhorar a qualidade dos serviços”, explicou.

O órgão prestador de serviços também enviará consultas sobre os serviços prestados, por meio de enquetes eletrônicas. O resultado das enquetes servirá de subsídio para tornar estes serviços cada vez mais adequados à realidade dos seus usuários.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/11/2020

PORTO DE PARANAGUÁ FAZ O MAIOR EMBARQUE DE ÔNIBUS DE SUA HISTÓRIA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15/11/2020 - 21:16

O maior embarque de ônibus da história do Porto de Paranaguá aconteceu na sexta-feira (13). Em um único lote, o navio "Maestro Universe" embarcou 155 unidades. Os veículos de transporte coletivo têm como destino os portos de Boma, no Congo, e Luanda, em Angola.

“Esses grandes embarques têm muito representatividade para os Portos do Paraná. Seremos escolhidos por um grande fabricante nacional para o embarque dos seus produtos indica o alto grau de eficiência da gestão portuária”, afirma o diretor de Operações da Portos do Paraná, Luiz Teixeira da Silva Júnior.

OPERAÇÃO - Esse é o segundo de um lote de exportação fechado pela empresa Marcopolo com países do continente africano. No primeiro, realizado no último mês de outubro, foram embarcados 110 ônibus que também foram levados para o porto de Boma, na República Democrática do Congo.

Em 2019, foram exportados 588 ônibus. Os destinos foram os portos de Acajutla, Benin, Camarões, Caucedo, Djbouti, Douala, Ghana, Hamad, Luanda, Manzanillo, Limon, Quetzal, Santo Domingo, Santo Tomas e Tema.

Este ano, já com esse último embarque, foram 543 ônibus exportados com destinos aos portos de Acajutla, Boma, Callao, Jebel Ali, Manzanillo, Limon, Santo Domingo, Tema, Veracruz, Zarate, Santo Tomas e Luanda.

O embarque desta sexta-feira (13) quebra a marca alcançada pela exportação de um lote único de 130 ônibus, embarcado no último mês de julho no navio "Ulusoy 5", com destino a Luanda, Angola. Novos embarques estão previstos já para meados de dezembro, deste ano, e janeiro de 2021.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/11/2020